UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS

MARCOS JR. RODRIGUES DIAS

MICHEL LOPES GUIO

ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM PROGRAMAS/PROJETOS SOCIAIS: ANÁLISE DE REVISTAS CIENTÍFICAS (2000 - 2020)

VITORIA

2021

MARCOS JR. RODRIGUES DIAS

MICHEL LOPES GUIO

ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM PROGRAMAS/PROJETOS SOCIAIS: ANÁLISE DE REVISTAS CIENTÍFICAS (2000 - 2020)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Educação Física do Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Educação Física.
Orientadora: Prof.ª Dr.ª Ana Claudia Silverio Nascimento.

VITÓRIA

2021

MARCOS JR. RODRIGUES DIAS

MICHEL LOPES GUIO

ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM PROGRAMAS/PROJETOS SOCIAIS: ANÁLISE DE REVISTAS CIENTÍFICAS (2000 - 2020)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Educação Física do Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Educação Física.

Aprovado em: ____ de _____de _____.

BANCA EXAMINADORA

_____

Prof.ª Dr.ª Ana Claudia Silverio Nascimento
Orientadora

_____

Prof.ª Dr.ª Andrea Brandão Locatelli

_____

Prof. Ms. Fabio Luiz Loureiro

RESUMO

O trabalho analisa a produção científica sobre a atuação dos profissionais de educação física em programas/projetos sociais, publicada em sete revistas científicas da Educação Física, no período de 2000 a 2020 (Movimento, Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, Revista da Educação Física (UEM), Licere, Motrivivência, Pensar a Prática). O interesse pela temática se justifica em função do crescimento do número de programas/projetos sociais vinculados às atividades físicas, esportivas e/ou artísticas. Quanto ao objetivo, o estudo se configura como uma pesquisa exploratória. Quanto aos procedimentos adotados, caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica. A seleção das revistas utilizou como base o Qualis-periódicos da Capes, referente ao quadriênio 2013-2016 e adotou os seguintes critérios: ser editada por instituição nacional; ter abrangência nacional, possuir corpo editorial qualificado; disponibilizar *on-line* todos os números publicados no período analisado (2000 a 2020). A seleção do *corpus* da pesquisa foi realizada por meio da leitura dos sumários de todos os números publicados pelas revistas, no período analisado, com o objetivo de identificar os trabalhos que fazem referência à temática estudada. Para isso, foi realizada a leitura dos títulos e, nos casos de dúvidas, a do resumo, sendo excluídos os textos que não constituem referência à proposta do trabalho. Na caracterização da produção científica, verificamos que dos 6566 artigos publicados pelas sete revistas no período estudado, dezessete abordam a temática estudada, correspondendo a 0,25% da produção. Na distribuição temporal, destaca-se o ano de 2014, com cinco publicações. A Motrivivência e Movimento se destacam com a publicação de cinco trabalhos cada. Na caracterização da autoria, verificamos que todos os artigos apresentam autoria coletiva e foram escritos por 45autores. Desses, 24 são homens e 21 mulheres. Dos dezessete artigos, nove abordam a formação/capacitação dos profissionais; cinco abordam a dimensão pedagógica; dois analisam a intervenção dos profissionais e um aborda o perfil do profissional para atuação nos programas/projetos.

Palavras-Chave: Educação Física. Revistas Científicas. Programas Sociais. Projetos Sociais

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quantidade de fascículos e artigos publicados nas revistas.....pg. 24
Tabela 2 - Distribuição da autoria dos artigos.....pg. 38
Tabela 3 - Autores dos artigos.....pg. 38

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Artigos publicados sobre programas/projetos sociais (2000-2020).... pg. 25
Quadro 2 - Artigos selecionados.....pg. 34
Quadro 3 - Objetivos dos artigos selecionados.....pg. 41

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição temporal dos artigos selecionados..... pg. 36

Gráfico 2 - Distribuição dos artigos por revista.....pg. 37

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 9
1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS 12
2 O PAPEL DAS REVISTAS CIENTÍFICAS NA DIVULGAÇÃO DA CIÊNCIA 14
3 PROGRAMAS/PROJETOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO FÍSICA 20
4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS 24
4.1 FORMAÇÃO/CAPACITAÇÃO 44
4.2 DIMENSÃO PEDAGÓGICA EM EDUCAÇÃO FÍSICA 49
4.3 INTERVENÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA EM PROJETOS SOCIAIS 54
4.4 PERFIL DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA 56
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS 57
REFERÊNCIAS 58

1 INTRODUÇÃO

A ciência tem papel fundamental e imprescindível no desenvolvimento social e econômico dos países. Na visão de Pereira Jr. (2007, p. 307), busca-se o conhecimento que gere um efeito tangível em um determinado campo de ação humana. Para ele,

> Na sociedade atual, chamada de 'sociedade tecnológica', 'sociedade do conhecimento' e 'sociedade informática', tem se formado, nos países desenvolvidos, uma cadeia que começa no sistema produtivo, onde são definidas as demandas, passando pelo financiamento da pesquisa e desenvolvimento de produtos e processos, e retornando ao primeiro sistema, na forma de inovações que possibilitam o aumento da competitividade desses países no mundo globalizado.

Conforme relatório produzido pelo *Web of Science* para a CAPES, em 2019, o Brasil ocupa a 13ª posição no mundo, em termos de produção de artigos e revisões de pesquisa indexados na *Web of Science*. Além disso, o relatório, que analisa dados de 2013 a 2018, informa que

> O crescimento de 30% no número de publicações nesse período de seis anos foi o dobro da média global (15%). Somente em 2018, pesquisadores brasileiros publicaram mais de 50.000 artigos indexados na *Web of Science*. Além dos 280.912 trabalhos indexados na *Web of Science* (2013-2018), autores brasileiros publicaram mais de sessenta mil artigos e revisões indexados em periódicos SciELO que não são abordados na *Web of Science* (WEB OF SCIENCE, 2019, p.7).

Importante destacar que, de acordo com Chiarini e Vieira (2012), no Brasil, as universidades públicas se destacam como uma das principais instituições que contribuem para o desenvolvimento da produção cientifica, pois realizam pesquisas cientificas em larga escala e em diversas áreas de conhecimento. Nascimento (2005) complementa afirmando que, por ser responsável pela formação de profissionais capacitados em diferentes áreas, a universidade pode ser considerada como a maior produtora de conhecimento científico e tecnológico do Brasil e o produtor da ciência pode ser um cientista ou um grupo de cientistas. Essa produção denominada na

literatura como produção intelectual, produção acadêmica, produção do conhecimento ou produção científica pode ser compreendida como

> [...] toda atividade que resulta de reflexão sistemática, implicando em produção original obedecendo os métodos, técnicas, materiais e linguagem própria da ciência ou ainda, como 'o conjunto de estudos realizados por pesquisadores de diversas áreas, gerando conhecimento, sendo este aceito pela comunidade científica, e os resultados dos estudos, divulgados em veículos de comunicação formal, informal e não convencional' (DOMINGOS, 1999, p. 79).

O autor ainda destaca que o produto da ciência é denominado produção cientifica, pois envolve vários atores em sua concepção, entre cientistas, associações de cientistas, agências financiadoras e os diversos tipos de consumidores de ciência. Para ele, o conhecimento gerado deve contribuir para o progresso da ciência e ser divulgado para as comunidades cientificas, em linguagem específica, obedecendo a padrões determinados pela própria comunidade (DOMINGOS, 1999).

Nesse sentido, como vimos anteriormente, a comunicação dos resultados assume papel central no próprio desenvolvimento da ciência, de modo que Targino (2000, p.10) afirma que "[...] É a comunicação científica que favorece ao produto (produção científica) e aos produtores (pesquisadores) a necessária visibilidade e possível credibilidade no meio social em que produto e produtores se inserem".

A autora explica que os canais de comunicação formal incluem livros, periódicos, obras de referência em geral, relatórios técnicos, revisões de literatura, bibliografias etc. Os canais informais incluem a troca de cartas, participação em eventos, participação em associações profissionais e outras comunicações realizadas de pessoa a pessoa.

Desse modo, por reconhecer a importância das revistas científicas na comunicação da ciência, o trabalho analisa a produção científica sobre a atuação dos profissionais de educação física em programas/projetos sociais[1], publicada em sete revistas

---

[1] De acordo com o Dicionário Técnico de Assistência Social, projeto social é definido como "[...] um empreendimento planejado que consiste em um conjunto de atividades inter-relacionadas e coordenadas para alcançar objetivos específicos dentro dos limites de um orçamento e de um período de tempo dados (ONU). Seu objetivo é transformar uma parcela da realidade, diminuindo ou eliminando um déficit, ou solucionando um problema social (BELO HORIZONTE, 2007, p. 87). No Brasil, essas iniciativas são geralmente constituídas mediante políticas sociais governamentais (esferas federal,

científicas da Educação Física, no período de 2000 a 2020 (Movimento, Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, Revista da Educação Física (UEM), Licere, Motrivivência, Pensar a Prática).

O interesse pela temática se justifica em função do crescimento do número de programas/projetos sociais vinculados às atividades físicas, esportivas e/ou artísticas, conforme apontam Mello *et al.* (2016) e Melo (2008). Para Barbirato (2005, p.13), esse crescimento está vinculado à desorganização socioeconômica que o país apresenta que cria "[...] um quadro alarmante de mazelas de grande relevância para justificar a iniciativa de projetos sociais[...]".

Mello *et al*. (2016, p. 2) apontam que "[...] Os projetos sociais focalizam, majoritariamente, a inclusão social, constituindo-se como alternativa de lazer para crianças e adolescentes em situação de risco social" e Barbirato (2005, p.11) afirma que eles se apresentam "[..] como um meio de atrair crianças e adolescentes numa tentativa de dar continuidade no processo de formação do indivíduo fora do âmbito escolar".

Dessa maneira, é possível afirmar que os programas/projetos sociais apresentam como foco a inclusão social e apoio para as comunidades e, segundo Correia (2008), devem apresentar responsabilidade e cuidados maiores do que em qualquer outra administração. De acordo com o autor esse suporte é realizado por meio de programas sejam eles pedagógicos, de lazer, esportivos ou quaisquer outros que tenham em seu intuito o ato de apoiar e orientar as crianças e adolescentes no tempo ocioso que elas apresentam (CORREIA, 2008).

Nesse cenário, diversos autores (GUEDES et al., 2006; CASTRO; SOUZA, 2011; ALVES; CHAVES; GONTIJO, 2012; MELLO et al., 2016) afirmam que ganham destaque as atividades físicas e esportivas, principalmente quando o público-alvo é formado por crianças e adolescentes, corroborando, portanto, a importância deste estudo que busca compreender como a produção da área, publicada nas últimas duas décadas, analisa a intervenção do profissional de Educação Física no contexto pesquisado, visando a compreender suas limitações, seus objetivos e a sua atuação.

---

estadual e municipal), iniciativa privada e organizações sem fins lucrativos e/ou não governamentais (ONGs) (KRAVCHYCHYN e OLIVEIRA, 2015)

1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quanto ao objetivo, o estudo se configura como uma pesquisa exploratória, tendo em vista que busca aumentar o conhecimento sobre o problema por meio de estudos a fim de construir maior familiaridade com a temática pesquisada. De acordo com Gil (1999) a pesquisa exploratória tem como objetivo principal desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, a fim de formular problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. Quanto aos procedimentos adotados, caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica que, de acordo com Fonseca (2002)

> [...] é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

Gil (1999, p. 50) complementa afirmando que “[...] Parte dos estudos exploratórios podem ser definidos como pesquisas bibliográficas, assim como certo número de pesquisas desenvolvidas a partir da técnica de análise de conteúdo.

A seleção das revistas utilizou como base o Qualis-periódicos da Capes, referente ao quadriênio 2013-2016 e adotou os seguintes critérios: ser editada por instituição nacional; ter abrangência nacional, possuir corpo editorial qualificado; disponibilizar *on-line* todos os números publicados no período analisado (2000 a 2020). Assim, considerando o escopo das revistas e os critérios mencionados, foram selecionadas sete publicações situadas nos estratos A2, B1 e B2 (Movimento, Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, Revista da Educação Física (UEM), Licere, Motrivivência, Pensar a Prática).

A seleção do *corpus* da pesquisa foi realizada por meio da leitura dos sumários de todos os números publicados pelas revistas, no período analisado, com o objetivo de identificar os trabalhos que fazem referência à temática estudada. Para isso, foi realizada a leitura dos títulos e, nos casos de dúvidas, a do resumo, sendo excluídos os textos que não constituem referência à proposta do trabalho.

Todos os artigos encontrados foram armazenados em um banco de dados criado no *software* Excel da Microsoft com o registro das seguintes informações: nome da revista, volume, ano da publicação, número da publicação, título do artigo, autor(es) do artigo, quantidade de autores, titulação do(s) autor(es), gênero do(s) autor(es), região da instituição, instituição do(s) autor(es); tipologia do texto; objetivo do texto.

2 O PAPEL DAS REVISTAS CIENTÍFICAS NA DIVULGAÇÃO DA CIÊNCIA

A ciência caminhou uma longa jornada para ser reconhecida como é atualmente e um dos principais motivos se baseia no fato da extrema dificuldade que se tinha para ter o acesso às informações. De acordo com Meadows (1999), não é possível afirmar quando teve início a pesquisa científica e, por conseguinte, a comunicação científica. Contudo, conforme o autor, as atividades mais remotas que tiveram impacto na comunicação científica moderna foram as dos gregos antigos. Meadows (1999, p. 4) ainda informa que a introdução da imprensa na Europa, no século XV, causou grande impacto na difusão das informações. Para ele, "[...] A capacidade de multiplicar os exemplares de um livro representou um passo importante rumo a uma difusão melhor e mais rápida das pesquisas. A isso correspondeu um transporte melhor do material escrito e impresso [...]".

No entanto, Meadows (1999) também destaca que a transição da forma manuscrita para a forma impressa de transmissão de notícias não se deu de forma instantânea.

> De fato, do ponto de vista da pesquisa, era razoável que as idéias (sic) inicialmente circulassem por meio de cartas manuscritas entre um pequeno círculo de amigos que poderiam analisá-las e, quando conveniente, testá-las e depois enviar a resposta. Se, porém, as idéias (sic) se destinassem a alcançar um grupo maior, era muito mais fácil imprimir a carta do que escrevê-la à mão. Assim, surgiram, na segunda metade do século XVII, as primeiras revistas científicas (MEADOWS, 1999, p. 5).

O fato exposto por Meadows e a afirmação de Targino (2000) - que diz que a comunicação científica é essencial para que a produção científica se expanda, ultrapassando, com maior velocidade, as fronteiras da comunidade de usuário - confirmaram o que estava em evidência, que seria a necessidade cada vez maior de investir nos meios de comunicação e difusão de informações, a fim de proporcionar aos cientistas os conteúdos necessários para promover uma constante evolução no mundo científico.

Inicialmente, a propagação era realizada por meio de reuniões de cientistas, cartas, métodos considerados de fraca e lenta propagação, como citado por Ferreira Neto e Nascimento (2002). O surgimento dos jornais e livros, portanto, foi um grande avanço

no meio científico, possibilitando que informações fossem expostas de forma mais ampla, permitindo que outras pesquisas fossem realizadas ou aperfeiçoadas por meio da difusão de conhecimento de diversos cientistas.

Desse modo, com a chegada da modernidade e suas diversas mudanças, um novo recurso surgiu: os periódicos que, inicialmente, foram produzidos e comercializados de forma impressa. Dias e Cervantes (2012) consideram que os periódicos científicos são o meio de divulgação do conhecimento que possui uma disseminação mais dinâmica em comparação com livros. Na visão de Meadows (1999, p. 7) os periódicos surgiram na segunda metade do século XVII devido a algumas razões.

> Algumas eram específicas (como a expectativa de seus editores de que teriam lucro); algumas, gerais, (como a crença de que para fazer novos descobrimentos era preciso que houvesse um debate coletivo). O motivo principal, contudo, encontra-se nessa necessidade de comunicação, do modo mais eficiente possível, com uma clientela crescente interessada em novas realizações. Ainda que a introdução do periódico fosse um passo lógico, suscitava implicações notáveis para a comunicação científica. Em particular, significava uma formalização do processo de comunicação.

Sobre o uso dos termos periódico e revista, Meadows (1999) informa que

> [...] a palavra revista [...] é empregada [...] como uma maneira abreviada de nos referirmos a uma coletânea de artigos científicos escritos por diferentes autores. Conjuntos desses artigos são reunidos a intervalos, impressos, encadernados e distribuídos sob um título único (p. 7).
> O termo [...] periódico [...] entrou em uso comum na segunda metade do século XVIII e se refere a qualquer publicação que a pareça a intervalos determinados e contenha diversos artigos de diferentes autores (p.8)

Para Stumpf (1998, p. 3) o uso dos termos periódicos científicos e revistas científicas difere em função do tipo de profissionais que os utilizam[2].

> Os bibliotecários preferem a denominação ‘periódicos científicos’, utilizando esta forma de expressão como termo técnico. Já os pesquisadores, cientistas, professores e estudantes preferem a denominação ‘revistas científicas’. Este grupo muitas vezes nem se preocupa em qualificar o termo ‘revistas’ pelo adjetivo ‘científicas’, considerando que o próprio ambiente acadêmico em que estas publicações são usadas dispensa esta qualificação.

[2] Em nosso trabalho, utilizaremos os termos como sinônimos.

A autora afirma, ainda, que a complexidade do estudo das revistas brasileiras começa pela própria definição do que sejam estas publicações, passando também pelo seu controle e proliferação.

> Na literatura brasileira, palavras como publicações periódicas, periódicos, publicações seriadas e revistas se apresentam tanto como sinônimos como gênero e espécie. Neste sentido, publicações seriadas são consideradas como a categoria maior e mais abrangente, podendo ser definida como publicações editadas em partes sucessivas, com indicações numéricas ou cronológicas, destinadas a serem continuadas indefinidamente. Elas incluem, como espécie, periódicos, jornais, anuários, anais de sociedades científicas, entre outros. Assim, os periódicos se constituem em uma das categorias das publicações seriadas, que apresentam como características particulares serem feitas em partes ou fascículos, numeradas progressiva ou cronologicamente, reunidas sob um título comum, editadas em intervalos regulares, com a intenção de continuidade infinita, formadas por contribuições, na forma de artigos assinados, sob a direção de um editor, com um plano definido que indica a necessidade de um planejamento prévio (STUMPF, 1998, p. 1).

De acordo com Meadows, as primeiras revistas, *Journal des Sçavans e Philosophical Transactions of the Royal Society of London*, surgiram em 1665, na França e na Inglaterra, respectivamente. Para Gonçalves, Ramos e Castro (2006, p.167), já nessa época ficaram definidas as principais características das revistas científicas: “[...] periodicidade, os papéis do editor e do conselho editorial e o processo de seleção de trabalhos, instituindo que os textos submetidos à publicação deveriam ser aprovados pelo seu conselho, sendo revistos antes por alguns dos membros do conselho editorial.

Desde o seu surgimento, no século XVII, os periódicos científicos passaram a desempenhar importante papel no processo de comunicação da Ciência. Mueller (1999, p. 2), destaca quatro funções atribuídas aos periódicos

> estabelecimento da ciência ‘certificada’, i.e., do conhecimento que recebeu o aval da comunidade científica, canal de comunicação entre os cientistas e de divulgação mais ampla da ciência, arquivo ou memória científica, e registro da autoria da descoberta científica.

Nesse mesmo sentido, Freitas (2006) aponta que, desde seu surgimento, os periódicos passaram a realizar importantes funções no mundo da ciência, como

registro do conhecimento, legitimação das disciplinas e campos de estudos, comunicação entre os cientistas, reconhecimento público do cientista pela descoberta. [...] Além de fonte privilegiada da história da ciência, o periódico científico pode ser considerado um espaço institucional da ciência, pois se insere dentro do universo das realizações e comunicação das atividades científicas (FREITAS, 2006, 54). Contudo, conforme aponta Mueller (2000) há muitos problemas com o modelo tradicional de periódico científico, entre eles

> demora na publicação do artigo que, às vezes, chega a ser de um ano após o recebimento do original pelo editor; custos altos de aquisição e manutenção de coleções atualizadas; rigidez do formato impresso em papel, quando se compara com a versatilidade dos formatos eletrônicos; dificuldade, para o pesquisador, em saber o que de seu interesse está sendo publicado, pois são muitos os periódicos e pouco eficientes os instrumentos de identificação e busca; dificuldade, para o pesquisador, em ter acesso a artigos que lhe interessam, pois mesmo sabendo que um novo artigo de seu interesse foi publicado, nem sempre sua biblioteca assina o periódico que o publicou ou consegue obter uma cópia desse artigo com a rapidez suficiente.

Para a autora, três fatores podem ser apontados como a causa dos problemas: a proliferação de títulos; a dispersão de artigos sobre um determinado tema em várias publicações e o alto custo de atualização de coleções. A autora acrescenta que “[...] O descontentamento da comunidade científica, causado pelas deficiências inerentes ao periódico científico tradicional, não é fato recente e tem levado a várias tentativas para modificar o seu formato” (MUELLER, 2000, p. 76). Para ela, o meio eletrônico foi considerado como uma solução, tendo em vista que oferece rapidez na comunicação, flexibilidade de acesso, largo alcance e baixo custo relativo.

De acordo com Vanz e SilvaFilho (2019), durante a última década do século XX, houve mudança no cenário das publicações científicas em função da adoção de tecnologias da informação e comunicação pelos cientistas, ocasionando o desenvolvimento de versões eletrônicas das tradicionais publicações em formato impresso, disponibilizadas, inicialmente, em bases de dados e, depois, na internet. “[...] A primeira iniciativa de publicação de um periódico científico eletrônico deu-se entre 1978 a 1980, por meio da criação do *Eletronic Information Exchange System* (EIES), no *New Jersey Institute of Technology* (NJIT) (VANZ; SILVA FILHO, 2019. p. 27).

Nesse mesmo sentido, Mueller (2000) aponta que alguns periódicos mantêm o formato do impresso, enquanto outros apresentam formatos inovadores, com muitos recursos, como acesso aos documentos citados no texto por meio de *links* ou elos de hipertextos, *links* para contato direto com o autor e outras possibilidades de comunicação. Para a autora

> Todos os tipos de periódicos eletrônicos têm algumas características comuns: são um meio de comunicação extremamente versátil e rápido, que permite a divulgação da pesquisa imediatamente após sua conclusão, ignorando barreiras geográficas para acesso (embora dependam de equipamentos e linhas de comunicação eficientes), minimizando barreiras hierárquicas e permitindo a recuperação de informações de várias maneiras. Mas, apesar das inúmeras possibilidades oferecidas pela tecnologia, a maioria dos periódicos científicos eletrônicos ainda é muito parecida com os periódicos impressos, inclusive na periodicidade e na maneira de identificar volumes e fascículos, especialmente aqueles que são apenas a versão eletrônica de um periódico existente em formato tradicional (MUELLER, 2000, p. 79).

Podemos, então, compreender que a evolução dos meios de comunicação, a partir de meios de transmissão feitos de forma virtual, trouxe facilidade e rapidez ao processo de comunicação, que, juntamente com corte de gastos com as impressões de centenas e milhares de folhas, além de outros benefícios, fez com os periódicos cada vez mais migrassem do material impresso para o eletrônico.

Contudo, mesmo diante de tais fatos, a aceitação dos periódicos eletrônicos pela comunidade acadêmica não foi automática, nem ocorreu com a mesma velocidade. De acordo com Kling e Covi, citados por Miranda Carvalho e Costa (2018) mesmo com a chegada da evolução tecnológica, grande parte dos pesquisadores ainda sim optavam pela versão impressa, devido ao fato de não considerarem a versão eletrônica uma fonte oficial, sendo considerada como material de qualidade inferior. Para Vanz e Silva Filho (2019, p. 27)

> Os periódicos eletrônicos trouxeram consigo vantagens sobre o tradicional suporte impresso, principalmente referente à recuperação de artigos e informações, ao manuseio do documento, à navegação hipertextual, ao armazenamento, à interoperabilidade com outros documentos eletrônicos e ao aumento da visibilidade das informações.

Miranda, Carvalho e Costa (2018, p. 14) afirmam que “[...] os periódicos eletrônicos científicos são um canal facilitador da comunicação científica, posto que ampliam as possibilidades de acesso e difusão dessa comunicação, podendo repercutir positivamente no incremento da produção acadêmica”. Entre as vantagens desse tipo de publicação, os autores destacam: facilidade de inserção de um maior número de artigos por fascículo; acesso livre à informação científica eletrônica, de modo que várias pessoas podem consultar simultaneamente o mesmo artigo em qualquer localidade do mundo; maior flexibilidade e rapidez nos recursos de busca da informação; melhoria no armazenamento; submissão eletrônica dos artigos para avaliação pelos pares; agilidade e transparência nos procedimentos editoriais; redução no custo de publicação das revistas eletrônicas em relação à versão tradicional em papel; minimização das diferenças geográficas e financeiras entre os pesquisadores; custo reduzido de distribuição; difusão crescente da informação científica em plataformas digitais variadas.

3 PROGRAMAS/PROJETOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO FÍSICA

Conforme aponta Melo (2008), no Brasil, desde o final da década de 1920 e início da década de 1930, identificamos projetos e programas que têm o esporte e as diversas linguagens artísticas (compreendidas enquanto atividades de lazer) como motivos/estratégias principais de intervenção. De acordo com o autor, esse número cresceu a partir da década de 1970 e, mais recentemente, esse aumento tem relação com o aperfeiçoamento dos mecanismos democráticos do país.

> Entre tantas experiências, é possível identificar alguns pontos em comum: a) apresentam-se como alternativas de promoção de inclusão social, tendo em vista o quadro de desigualdade que grassa em nosso país; b) com isso, adotam o discurso de vinculação com a idéia (sic) de construção de cidadania, ainda que muitas vezes tratem do conceito de forma genérica e imprecisa; c) normalmente são iniciativas organizadas para ocupação do tempo livre dos frequentadores, ainda que alguns tenham algum grau de relacionamento com a escola (por exemplo, oferecendo também reforço escolar/explicadores, ou exigindo a frequência nas salas de aula, alguns até mesmo certo grau de desempenho, para a manutenção da participação dos envolvidos nas atividades); d) majoritariamente contam com a participação de organizações não governamentais (ONGs), seja como líderes exclusivas do projeto (responsável pela estruturação e operacionalização, a partir de financiamento de fontes privadas diversas, como as advindas de fundações internacionais ou nacionais), seja conduzindo o projeto fazendo uso de recursos públicos distribuídos em editais (como os lançados pela atual gestão do governo federal no âmbito dos ministérios do esporte e da cultura) ou mesmo sendo convocadas pelo próprio poder público para em seu nome desempenhar determinadas ações (MELO, 2008, p. 2).

O autor chama atenção para o fato de podermos estar vivendo uma “moda do social”, no Brasil. Destaca que a criação de programas/projetos sociais pode trazer ganhos para a população, mas também podem esconder deficiências em suas propostas.

> [...] essa ‘onda’ do ‘social’ pode trazer o perigo de obliterar a visão sobre a necessidade de mudança completa desse modelo de sociedade, permitindo propagar-se arriscadamente a idéia (sic) de que para a resolução dos problemas nacionais bastam apenas algumas correções de rumo, no sentido de somente atenuar determinados problemas. Não por acaso tenho chamado algumas dessas propostas de ‘novo assistencialismo crítico’. O que as desencadeia é uma suposta visão crítica, um discurso aparentemente bastante ‘engajado’, mas a prática configura-se não poucas vezes como uma recriação do velho assistencialismo, marcado por um caráter explicitamente funcionalista, algo já muito facilmente observável na história brasileira de relacionamentos com os grupos comunitários minoritários (no sentido de acesso ao poder, já que numericamente estamos nos referindo à maior parte de nossa população) (MELO, 2008, p.4).

Correia (2008a) expõe que o crescimento das desigualdades sociais tornou mais evidentes os problemas enfrentados por quem vive nas diversas comunidades periféricas do Brasil e tal fato oportunizou o surgimento de inúmeros programas/projetos sociais que constituem o hoje denominado “terceiro setor”. Conforme Araújo (2001), o chamado terceiro setor surgiu no processo de reconstrução neoliberal do Estado que passou a dividir com alguns segmentos da sociedade civil organizada funções e responsabilidades para a promoção do bem-estar social. Com isso, abriu-se um campo de ações assistencialistas que buscam eliminar ou diminuir os desequilíbrios sociais e econômicos, oferecendo diversos serviços compensatórios às comunidades vulneráveis ou carentes. O autor ainda chama a atenção para o surgimento de um “mercado social” formado por organizações estatais, empresariais e sociedade civil que buscam obter alguma vantagem com o trabalho social. Correia (2008b) expõe que

> Nesse contexto mercantilista e assistencialista, que tende a simplificar e aumentar a expectativa de solucionarem-se os problemas e as mazelas sociais, a educação física (EF), o esporte e o lazer acabam sendo incorporados como instrumentos ideais para atender às demandas do chamado terceiro setor. A visão da sociedade em relação à EF como promotora da saúde (Farinatti; Ferreira, 2006), ao esporte como moralizador e disciplinador e ao lazer como forma de entretenimento (Melo; Alves Júnior, 2003) contribui para que surjam projetos equivocadamente planejados e avaliados, do ponto de vista do impacto sobre os problemas sociais que se propõem a resolver.

O autor complementa afirmando que devemos estar atentos sobre a relação entre a EF, o esporte e o lazer com o conceito de vulnerabilidade social, já que, ao considerarmos as comunidades atendidas como carentes, podemos estar permitindo que os programas/projetos associados à EF, ao esporte e ao lazer assumam um caráter clientelista, assistencialista, paternalista ou utilitarista, oferecendo como benesse aquilo que é um direito dessas comunidades (CORREIA, 2008b).

> Essa visão reducionista e discriminatória abre caminho para ‘programas sociais’ que encontram na EF, no esporte e no lazer o paliativo para as mazelas da sociedade; ou, então, para aqueles que, apesar das boas intenções, não utilizam alguns conceitos básicos da gestão social para suprir suas expectativas e obter os resultados positivos desejados (CORREIA, 2008, p. 96).

Na visão de Tavares, citado por Correia (2008)

> [...] essa instrumentalização da EF, do esporte e do lazer tem conduzido muitos projetos dotados de boas intenções a não se efetivarem como elementos de mudança da realidade local das comunidades ou de transformação social mais ampla. Acrescenta, a isso, a existência de uma carência técnica na área da EF para a aferição dos resultados dos seus programas sociais. Em virtude do desconhecimento de alguns conceitos elementares de planejamento e de avaliação, na maioria dos casos, observa que o desperdício de recursos e a frustração das expectativas têm ajudado a desgastar o uso do termo ‘projeto’ em nossa área.

Para Mello *et al* (2016), em sua maioria, esses projetos destinam-se a crianças e adolescentes das periferias de grandes centros urbanos e apresentam como discurso central a ocupação do tempo livre desses indivíduos. Afirmam, ainda, que

> As vertentes das atividades físicas e esportivas têm se tornado um dos principais meios pelos quais os projetos sociais se valem para as suas intervenções, especialmente quando o público-alvo é composto por crianças e adolescentes, constituindo-se como panaceia para as contradições vivenciadas no cotidiano das comunidades carentes (MELLO et al, 2016, p. 3).

Contudo, também destacam que alguns estudos - Oliveira (2007), Mello *et al*. (2011) e Vianna (2007) Araújo et al. (2012) - têm buscado destacar as possibilidades socioeducativas que os projetos oferecem, bem como suas contribuições para o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes.

Ao analisarem a produção científica sobre projetos sociais esportivos, Stigger e Thomassim (2013) apontam que a abordagem se desenvolveu marcada por uma polarização entre posições apologistas e posições críticas a estes projetos e aos sentidos que esses assumem. A primeira, baseada em uma visão que relaciona o envolvimento nas atividades ofertadas pelos projetos com um conjunto de resultados “positivos”, como integração social, construção de perspectivas de futuro, combate à violência, disciplinamento, saúde, alternativa às "drogas", etc. A segunda, baseada em uma visão que compreende os projetos como estando marcados por aspectos essencialmente "negativos", como transferência de responsabilidades estatais para a sociedade civil, desenvolvimento de uma racionalidade competitiva, incapacidade de efetiva integração social etc.). Ao constatarem tal situação, os autores destacam que

> A limitação das análises de tipo generalizantes (sejam as que enquadram essas ações positiva ou negativamente) torna-se ainda mais evidente quando somos instados a estudar e refletir sobre o tema a partir do lugar do 'agente' envolvido, profissional ou politicamente com certas ações na sociedade. Para a Educação Física, que possui sua identidade acadêmica associada à intervenção social, se coloca potencialmente uma dupla relação com este fenômeno: como objeto de estudo e de intervenção. Assim, não são poucos os professores, estudantes e pesquisadores que se colocam diante do desafio de buscar compatibilizar a análise crítica dos processos e dinâmicas sociais que condicionam e envolvem os projetos sociais, com proposições ou referências para a atuação pedagógica direta nestes espaços (STIGGER; THOMASSIM, 2013, p. 3).

Nesse sentido, nosso interesse se relaciona com a atuação dos profissionais de Educação Física nos programas/projetos sociais, por reconhecermos que esses têm se constituído em importante espaço de trabalho para eles e por desejarmos nos aproximar do debate realizado pelos autores que tratam do assunto, buscando conhecer possibilidades, limitações e objetivos dessa atuação.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

Considerando a relevância dos programas/projetos sociais, o interesse pela atuação do profissional de Educação Física nesse contexto, e por reconhecermos as revistas científicas como importantes canais de comunicação da ciência, realizamos o levantamento da produção científica que trata dessa temática em sete periódicos da Educação Física, no período de 2000 a 2020. Assim, passamos, nesse momento a apresentar os resultados encontrados.

No período estudado, as revistas analisadas publicaram 428 fascículos e um total de 6566 artigos. Desses, 88 abordam temáticas relacionadas aos programas/projetos sociais. Dentre esses artigos, apenas dezessete abordam a atuação de profissionais de Educação Física nesse contexto (Tabela 1).

Importante destacar que, para a seleção dos artigos, utilizamos a compreensão de que a intervenção exige conhecimentos específicos, coadunando com a ideia de Isayama (2009, p. 407) ao afirmar que "[...] a ação profissional requer a compreensão sobre uma série de questões gerais acerca da temática, bem como um mapeamento sobre como cada uma das áreas poderá contribuir com os seus saberes específicos e intervir nesse campo". Nesse sentido, incluímos em nosso *corpus*, artigos que abordam formação, intervenção e capacitação dos profissionais que atuam nos programas/projetos sociais.

TABELA 1 – QUANTIDADE DE FASCÍCULOS E ARTIGOS PUBLICADOS NAS REVISTAS

REVISTA	NÚMERO DE FASCÍCULOS	TOTAL DE ARTIGOS PUBLICADOS	ARTIGOS SOBRE PROGRAMAS /PROJETOS SOCIAIS	ARTIGOS SOBRE A ATUAÇÃO DO PROFESSOR DE ED. FÍSICA EM PROJETOS SOCIAIS
LICERE	65	959	40	**3**
MOTRIVIVÊNCIA	50	883	15	**5**
MOVIMENTO	67	1164	13	**5**
PENSAR A PRÁTICA	56	843	4	**-**
REVISTA DA UEM	52	1027	7	**2**
RBCE	70	984	9	**2**
RBEFE	68	706	2	**-**
TOTAL	**428**	**6566**	**90**	**17**

Os dados demonstram que a produção sobre programas/projetos sociais representa 1,37% do total de artigos publicados no período e que a produção sobre a temática estudada no trabalho representa apenas 0,25% do total. Dentre as revistas analisadas, todas publicaram artigos sobre programas/projetos sociais. Destacam-se a revista Licere, com quarenta artigos, e Motrivivência, com quinze. A Movimento publicou treze artigos; a RBCE, nove; a Revista da UEM, sete; a Pensar a Prática, quatro; e a RBEFE apenas dois trabalhos.

Sobre a temática específica estudada, de um total de dezessete artigos publicados verificou-se que a Motrivivência e a Movimento publicaram cinco trabalhos cada; que são as revistas que tiveram maior número de publicações. Em seguida, observamos a Licere que, apesar de se destacar entre as revistas analisadas com o maior número de artigos sobre programas/projetos sociais, publicou apenas três artigos sobre a atuação dos profissionais nesse contexto. Por outro lado, a Revista da UEM e a RBCE publicaram dois artigos cada uma elas. Não identificamos artigos sobre esse tema na RBEFE e na Pensar a Prática.

O Quadro 1 apresenta os artigos sobre programas/projetos sociais identificados, durante o período de 2000 a 2020, nas sete revistas analisadas.

Quadro 1 - Artigos publicados sobre programas/projetos sociais (2000-2020)

	REVISTA	**ANO DE PUBLICAÇÃO**	**TÍTULO DOS ARTIGOS**	**AUTORES**
1	LICERE	2005	Os "Projetos Sociais" de Esporte: começa o Jogo Solidário.	Marcelo Paula de Melo
2	LICERE	2008	Lazer e Projeto Rondon: interfaces possíveis ou discurso falacioso?	Rafael Júnio Andrade Eveline Torres Pereira Márcia Ferreira da Silva Luanda Cristina Dias
3	LICERE	2010	Objetivos da oferta e da procura de projetos sócio-esportivos	Suélen Barboza Eiras Andréa Leal Vialich Doralice Lange de Souza Fernando Renato Cavichiolli
4	LICERE	2010	Lazer e gênero nos Programas de Esporte e Lazer das cidades	Silvana Vilodre Goellner Sebastião Josué Votre Ludmila Mourão Márcia Luiza Machado Figueira

5	LICERE	2011	Evasão e permanência no Projeto Esporte Cidadão	André da Silva Mello Sebastião Josué Votre Hugo Rodolfo Lovisolo
6	LICERE	2011	Pedagogia do esporte e autonomia: um estudo em projeto social de educação não formal	Gisele Viola Machado Roberto Rodrigues Paes Larissa Rafaela Galatti Sheila Cristina Ribeiro
7	LICERE	2012	A política esportiva do governo Lula: o Programa Segundo Tempo	Wagner Barbosa Matia
8	LICERE	2012	As coalizões e os partidos políticos na difusão do Programa Segundo Tempo	Emilson Santos dos Santos
9	LICERE	2012	Espaço Univer-cidade e PELC: a experiência do grupo GEPLEC/UFPNA gestão do Programa de Esporte e Lazer na cidade de Curitiba	Simone Rechia Aline Tschoke Luize Moro
10	LICERE	2013	Considerações sobre o esporte e o lazer: entre direitos sociais e projetos sociais	Juliano Silveira
11	LICERE	2013	Aspectos técnicos, conceituais e políticos do surgimento e desenvolvimento do Programa Esporte e Lazer da Cidade	Fernando Augusto Starepravo Wanderley Marchi Júnior
12	LICERE	2013	O esporte coletivo no contexto dos projetos esportivos de inclusão social: contribuições a partir do referencial técnico tático e socioeducativo	Heitor de Andrade Rodrigues Suraya Cristina Darido Roberto Rodrigues Paes
13	LICERE	2013	Entre o “serve” e o “significa”: uma análise sobre expectativas atribuídas ao esporte em projetos sociais	Marco Paulo Stigger Luis Eduardo Thomassim
14	LICERE	2013	Do direito ao lazer: o princípio acesso no Programa Esporte na comunidade (Fortaleza-CE)	Ana Amélia Neri Oliveira Dulce Maria Filgueira de Almeida Suassuna Nicolino Trompieri Filho
15	LICERE	2013	Esporte e lazer no Programa Minas Olímpica Geração Esporte – FHA: espaços e apropriações	Leonardo Toledo Silva Leonardo Fernando de Jesus Christiane Vasconcelos Silva Ana Cláudia Porfírio Couto Maicon Rodrigues Albuquerque
16	LICERE	2013	Estratégias de gestão pública na Prefeitura de Vitória/ES: O PELC e a	Lorenza Falchetto Venturim Carlos Nazareno Ferreira Borges

			intersetorialidade das ações	Dirceu Santos Silva
17	LICERE	2013	Retomada de valores e mudanças atitudinais: uma experiência no Programa Social Cidadão UFSM/CEFD	Rosalvo Luis Sawitzki Tanise Zeppenfeld Arruda Sabrina Aita Raquel Cougo Alves
18	LICERE	2014	Refletindo sobre projetos esportivos sociais e a capoeira	Carlos Sérgio Rabelo da Conceição Leandro Ribeiro Palhares
19	LICERE	2014	A formação dos educadores sociais no programa esporte e lazer da cidade – PELC – em Porto Alegre	Gilmar Tondin Vicente Molina Neto Elisandro Schultz Wittizorecki
20	LICERE	2014	A atuação no PELC/UFSM e a formação experiencial dos educadores sociais de esporte e lazer	Felipe Barroso de Castro Maria Cecília Camargo Günther Elisandro Schultz Wittizorecki
21	LICERE	2014	As mudanças do programa Dança Curitiba: a questão dos espaços	Talita Stresser de Assis Simone Rechia Aline Tschoke Andréia Juliane Drula Thiago Domingues
22	LICERE	2014	Inclusão social através do desporto. Estudo do Programa “Pintando A Liberdade E Cidadania”, em Feira de Santana, Bahia – Brasil	Renildo Rossi Junior Roselene de Alencar André Reis Mary Liao Antonino Pereira
23	LICERE	2014	Política social de esporte e lazer no Governo Lula: o Programa Esporte E Lazer Da Cidade	Marcelo Resende Teixeira Wagner Barbosa Matias Pedro Fernando Avalone Athayde Fernando Mascarenhas
24	LICERE	2014	O Núcleo Palma do Programa Esporte E Lazer Da Cidade – povos e comunidades tradicionais da Universidade Federal De Santa Maria: sua inserção e relação com o processo formativo em educação física	Rosane Lorentz Castilhos Sabrine Damian da Silva Tatiane Razeira Ojeda
25	LICERE	2016	Atividades físicas e esportivas nos projetos sociais: o estado do conhecimento em revistas científicas da Educação Física	André da Silva Mello Renata Silva Jorge Jéssica Silva Souza Ana Claudia Silvério do Nascimento
26	LICERE	2016	Os sentidos atribuídos pelos jovens à educação	Rodrigo Marques Aline Oliveira Vieira

			em valores no contexto de um projeto social	Felipe Rodrigues Costa Otávio Guimarães Tavares Wagner dos Santos
27	LICERE	2017	Avaliação de programas sociais de atividade física: notas conceituais sobre a efetividade como parâmetro de desempenho	Marcos Gonçalves Maciel Luiz Alex Silva Saraiva Mariana Nunes de Carvalho
28	LICERE	2017	Percepções dos integrantes de um Projeto Social de Educação e Esporte em Florianópolis (SC)	Liliana Flora Miraíra Noal Manfroi Verônica Werle Alcyane Marinho
29	LICERE	2017	O esporte e suas práticas no PELC: desafios para a educação a distância	Eliene Lopes Faria
30	LICERE	2017	O Programa Esporte e Lazer da Cidade nos Planos Plurianuais do Governo Federal: o “Estresse Esportivo” do PELC	José Montanha Soares
31	LICERE	2017	Programa Esportes E Lazer Da Cidade – PELC: interfaces entre o PELC e as desigualdades sociais	Adriana Antunes Vieira Juliana Cristina de Abreu Teixeira Rafael Frois da Silva Ana Cláudia Porfírio Couto
32	LICERE	2018	Resultados de monitoramento e avaliação dos Programas Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e Vida Saudável (VS	Márcia Miranda Soares Aline Souza Guadanini
33	LICERE	2018	O mapeamento da produção científica sobre projetos esportivos no Brasil	Ana Elisa Guginski Caron Wanderley Marchi Junior Marcelo Moraes e Silva
34	LICERE	2018	Os significados dos Projetos de Esporte e Lazer para alunos do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais	Romualdo Ferreira dos Santos Cinthia Lopes da Silva
35	LICERE	2019	Descentralização do Programa Segundo Tempo e Níveis de Desenvolvimento Humano (IDH)	Edmilson Santos dos Santos
36	LICERE	2019	Projeto social e educação física: fundamentos e produção de sentidos em uma proposta de educação em valores	Rodrigo Marques Aline Oliveira Vieira Felipe Rodrigues Costa Wagner dos Santos
37	LICERE	2019	Capacitação à distância do Programa Segundo Tempo e o lazer: esforços de produção e a busca comunicativa na formação	Sheylazarth Ribeiro Ana Cláudia Porfírio Couto

			de coordenadores de núcleo	
38	LICERE	2019	Monitoramento e avaliação de políticas e Programas de Esporte e Lazer: a experiência do Programa Esporte E Lazer Da Cidade	Ana Elenara Pintos Fernando Mascarenhas Pedro Fernando Athayd
39	LICERE	2020	Os significados do Projeto Esporte Cidadão de Indaiatuba-SP para seus frequentadores	Luiz Guilherme Bergamo Cinthia Lopes da Silva2
40	LICERE	2020	PELC-Bagé: caminhos de uma experiência pioneira (2004-2008	Luiza Aguiar dos Anjos Suélen de Souza Andres Silvana Vilodre Goellner
41	MOTRIVIVENCIA	2012	A participação de meninos e meninas nos projetos sociais da fundação municipal de esportes de Florianópolis.	Julia Silvestrin
42	MOTRIVIVENCIA	2012	Esporte e segurança em uma “sociedade de projetos”	Luiz Felipe Alcantara Hecktheuer
43	MOTRIVIVENCIA	2012	Programas sociais de esporte e lazer na escola e na comunidade: as evidências de exclusão social e educacional na sociedade brasileira	Celi Zulke Taffarel
44	MOTRIVIVENCIA	2012	Seleção de conteúdos e procedimentos pedagógicos para o ensino do esporte em projetos sociais: reflexões a partir dos jogos esportivos coletivos	Gisele Viola Machado Larissa Rafaela Galatti Roberto Rodrigues Paes
45	MOTRIVIVENCIA	2012	Memória e programas sociais de esporte e lazer: o acervo do Programa Segundo Tempo do Repositório Digital do Centro de Memória do Esporte	Silvana Vilodre Goellner Naila Touguinho Lomando Ivone Job Luciane Silveira Soares
46	MOTRIVIVENCIA	2012	O programa segundo tempo e seu processo de capacitação: análise e proposições	Heitor de Andrade Rodrigues Luiz Gustavo Bonatto Rufino Osmar Moreira de Souza Júnior Silvano da Silva Coutinho
47	MOTRIVIVENCIA	2012	As equipes colaboradoras do Programa Segundo Tempo e suas contribuições para o desenvolvimento de uma política de esporte educacional	Fernando Augusto Starepravo Ieda Parra Barbosa Rinaldi Juliana Pizani Taiza Daniela Seron Roseli Terezinha Selicani Teixeira

				Amauri Aparecido Bássoli de Oliveira
48	MOTRIVIVENCIA	2012	O Programa Segundo Tempo: uma política pública para emancipação humana	Bruno Dandolini Colombo Carlos Augusto Euzébio Vidalcir Ortigara Matheus Bernardo Silva Franck Calegari Correa Ana Lúcia Cardoso
49	MOTRIVIVENCIA	2012	Esporte e educação não-formal no contexto do Programa Abrindo Espaços da Unesco	Eduard Angelo Bendrath
50	MOTRIVIVENCIA	2012	Formação e atuação pedagógica no Programa Segundo Tempo: reflexões sobre o fazer cotidiano do professor	Allyson Carvalho de Araújo Loreta Melo Bezerra Cavalcanti Rafael Miranda Tassitano Eliene Pereira de Lacerda Maria Cecília Marinho Tenório
51	MOTRIVIVENCIA	2015	Políticas esportivas do terceiro setor no estado de Mato Grosso do Sul: uma análise do Projeto Córrego Bandeira	Jorge Luis D'Ávila Christiane Caetano Martins Fernandes
52	MOTRIVIVENCIA	2015	Processo de formação continuada: a realidade de um programa social esportivo	Camila Rinaldi Bisconsini Ana Luiza Barbosa Anversa Amauri Aparecido Bássoli de Oliveira Vânia de Fátima Matias de Souza
53	MOTRIVIVENCIA	2017	Desenvolvimento humano e transmissão de valores nos Projetos socio esportivo do Instituto Compartilhar: a perspectiva dos ex-alunos	Caron, Ana Elisa Guginski; Moreira, Tatiana Sviesk; Afonso, Gilmar Francisco; Marchi Junior, Wanderley.
54	MOTRIVIVENCIA	2018	Motivação de crianças e adolescentes praticantes de esportes em projetos de inclusão social do Rio de Janeiro	Darla de Carvalho Barreto Rodrigo Silva Perfeito
55	MOVIMENTO	2009	Projetos de inclusão social através do esporte: notas sobre a avaliação	José Antonio Vianna Hugo Rodolfo Lovisolo
56	MOVIMENTO	2011.	Significados de um projeto social esportivo: um estudo a partir das perspectivas de profissionais, pais, crianças e adolescentes	Suélen Barbosa Eiras de Castro Doralice Lange Souza

57	MOVIMENTO	2011	Projetos Sociais Esportivos: vulnerabilização e Governo	Luiz Felipe Alcântara Hecktheuer Méri Rosane Santos da Silva
58	MOVIMENTO	2013.	Formação profissional para atuação em projetos sociais: no foco a formação de professores no "programa Segundo Tempo"	Marynelma Camargo Garanhani Khaled Omar Mohamad El Tassa
59	MOVIMENTO	2014	Intervenção do profissional de Educação Física, gestão intersetorial e territorialidade: o caso do programa BH Cidadania	Carolina Gontijo Lopes Hélder Ferreira Isayama
60	MOVIMENTO	2014	Trabalhadores do lazer do Programa Esporte e Lazer da Cidade: uma aproximação à definição do perfil	Dulce Filgueira de Almeida Ingrid Dittrich Wiggers Ana Amélia Neri
61	MOVIMENTO	2015	Pedagogia do esporte e projetos sociais: interlocuções sobre a prática pedagógica	Gisele Viola Machado, Larissa Rafaela Galatti, Roberto Rodrigues Paes
62	MOVIMENTO	2015	Programa “segundo tempo” e o vazio assistencial na região nordeste	Edmilson Santos dos Santos, Fernando Augusto Starepravo, Marina da Silva Souza Neto
63	MOVIMENTO	2015	Projetos e programas sociais esportivos no Brasil: uma revisão sistemática	Claudio Kravchychyn Amauri Aparecido Bássoli de Oliveira
64	MOVIMENTO	2016	Formação continuada em projetos e programas sociais esportivos: um estudo de caso	Amauri Aparecido Bássoli de Oliveira Camila Rinaldi Bisconsini, Fabiane Castilho Teixeira Claudio Kravchychyn Ieda Parra Barbosa-Rinaldi Alberto Reinaldo Reppold Filho
65	MOVIMENTO	2017	Programa “esporte e lazer da cidade”: onde o político/burocrático e o científico/ acadêmico se encontram?	Fernando Augusto Starepravo Juliano de Souza Andressa Peloi Bernabé Wanderley Marchi Júnior
66	MOVIMENTO	2018.	Representações sociais dos participantes de projeto esportivo de Vitória	André da Silva Mello Jéssica de Souza Silva Renata Silva Jorge Omar Schneider Wagner dos Santos
67	MOVIMENTO	2020	Controle e participação social no programa esporte e lazer da cidade (PELC):	Bruno Ocelli Ungheri Hélder Ferreira Isayama

			reflexões sobre o papel e a atuação das instituições	
68	PENSAR A PRÁTICA	2011	Pedagogia do esporte e autonomia: um estudo em projeto social de educação não formal	Gisele Viola Roberto Paes Larissa Galatti Sheila Ribeiro
69	PENSAR A PRÁTICA	2013	Aspectos técnicos, conceituais e políticos do surgimento e desenvolvimento do Programa Esporte e Lazer da Cidade	Fernando Augusto Starepravo Wanderley Marchi Júnior
70	PENSAR A PRÁTICA	2013	O esporte coletivo no contexto dos Projetos esportivos de inclusão social: contribuições a partir do referencial Técnico-tático e socioeducativo	Heitor de Andrade Rodrigues Suraya Cristina Darido Roberto Rodrigues Paes
71	REVISTA DA UEM	2012	Gestão pública em rede: o caso do Programa Segundo Tempo – Ministério do Esporte	Selda Engelman Amauri Aparecido Bassoli de Oliveira
72	REVISTA DA UEM	2016	Esporte educacional no programa segundo tempo: uma construção coletiva	Claudio Kravchychyn Amauri Aparecido Bássoli de Oliveira
73	REVISTA DA UEM	2016	O Programa Segundo Tempo em municípios brasileiros: indicadores de resultado no macrossistema	Riller Silva Reverdito Larissa Rafaela Galatti Leilane Alves de Lima Paula Simarelli Nicolau Alcides José Scaglia Roberto Rodrigues Paes
74	REVISTA DA UEM	2016	Esporte educacional no Programa Segundo Tempo: uma construção coletiva	Claudio Kravchychyn Amauri Aparecido Bássoli de Oliveira
75	REVISTA DA UEM	2017	A utilização das TICS como meio facilitador no processo de formação continuada em um programa social esportivo	Vânia de Fátima Matias de Souza Ana Luiza Barbosa Anversa Camila Rinaldi Bisconsini Evando Carlos Moreira Amauri Aparecido Bássoli de Oliveira
76	REVISTA DA UEM	2017	Concepção e validação do protocolo de observação de aula (POA) do Programa Segundo Tempo	Antonio Jorge Gonçalves Soares Maria Jullyanne Cavalcanti de Brito Tony Meireles Santos, Amauri Aparecido Bassoli de Oliveira Marcelo Silva Cardoso Jose Luiz Lopes Vieira Luciane Cristina Arantes da Costa Vinícius de Oliveira Damasceno
77	REVISTA DA UEM	2020	Acompanhamento e assessoria pedagógica do	Juliana Pizani

			Programa Segundo Tempo do Ministério do Esporte	Ieda Parra Barbosa-Rinaldi Claudio Kravchychyn Fabiane Castilho Teixeira Alberto Reinaldo Reppold Filho Amauri Aparecido Bássoli de Oliveira
78	RBCE	2005	O dito e o interdito: análises das formações discursivas produzidas pela mídia impressa acerca do papel atribuído à dança em projetos sociais na cidade do Rio de Janeiro	Monique Assis Adriana Correia Nilda Teves
79	RBCE	2008	Projetos sociais em educação física, esporte e lazer: reflexões preliminares para uma gestão social	Marcos Miranda Correia
80	RBCE	2009	Intervenção da educação física em projetos sociais: uma experiência de cidadania e esporte em Vila Velha (ES)	André da Silva Mello Amarílio Ferreira Neto Sebastião Josué Votre
81	RBCE	2012	Algo para além de tirar da rua: o ensino do esporte em projeto socioeducativo	Leopoldo Katsuki Hirama Paulo César Montagner
82	RBCE	2012	Barreiras e facilitadores para a participação de crianças e adolescentes em um projeto socio esportivo	Doralice Lange de Souza Suelen Barboza Eiras de Castro Andrea Leal Vialich
83	RBCE	2014	Políticas públicas de esporte e lazer: o processo de formação do Programa Esporte e Lazer da Cidade de Vitória – ES	Dirceu Santos Silva Carlos Nazareno Ferreira Borges André de Deus Roeldes
84	RBCE	2014	Educação Física escolar versus projeto social esportivo: quando os donos da casa perdem o jogo	Silvio Sipliano da Silva Marcos Garcia Neira
85	RBCE	2014	Desenho da rede de um projeto esportivo social: atores, representações e significados	Orestes Manoel da Silva Carlos Alberto Figueiredo da Silva
86	RBCE	2020	Práticas de gestão do conhecimento no Programa Esporte e Lazer da Cidade e Vida Saudável	Cristina Carvalho de Melo Tatiana Lima Boletini Ana Cláudia Porfirio Couto
87	RBEFE	2012	Facilitadores e barreiras para a implementação e participação em projetos sociais que envolvem atividades esportivas: os casos dos projetos Vila na Escola e Esporte Ativo	Doralice Lange de Souza Suelen Barboza Eiras de Castro Fernando Marinho Mezzadri

88	RBEFE	2014	Desenho da rede de um projeto esportivo social: atores, representações e significados	Orestes Manoel da Silva Carlos Alberto Figueiredo da Silva

Dentre os 88 artigos sobre programas/projetos sociais identificados nas revistas, dezessete passaram a compor o *corpus* da pesquisa (Quadro 2), por abordarem a atuação dos profissionais de Educação Física nos programas/projetos sociais.

Quadro 2 - Artigos selecionados

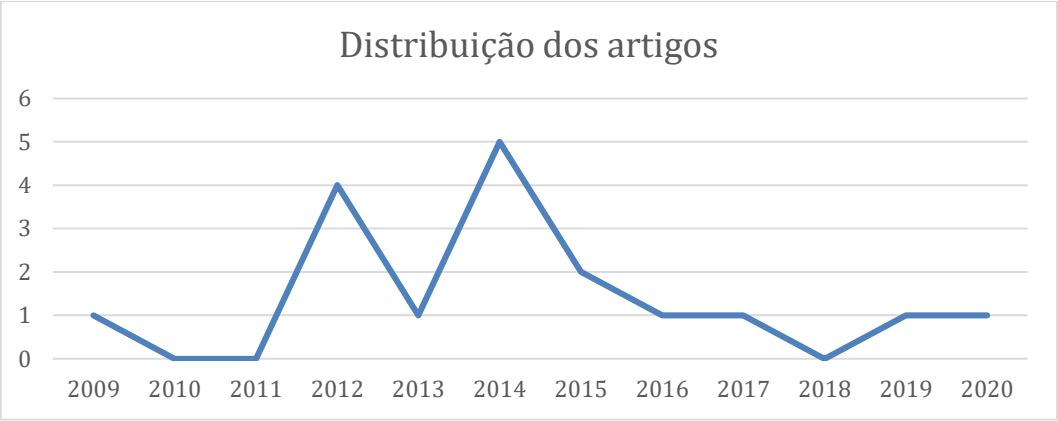
	REVISTA	ANO	TÍTULO DO ARTIGO	AUTORES
1	RBCE	2009	Intervenção da educação física em projetos sociais: uma experiência de cidadania e esporte em Vila Velha (ES)	André da Silva Mello Amarílio Ferreira Neto Sebastião Josué Votre
2	MOTRIVIVENCIA	2012	O Programa Segundo Tempo e seu processo de capacitação: análise e proposições	Heitor de Andrade Rodrigues Luiz Gustavo Bonatto Rufino Osmar Moreira de Souza Júnior Silvano da Silva Coutinho
3	MOTRIVIVENCIA	2012	Seleção de conteúdos e procedimentos pedagógicos para o ensino do esporte em projetos sociais: reflexões a partir dos jogos esportivos coletivos	Gisele Viola Machado Larissa Rafaela Galatti Roberto Rodrigues Paes
4	MOTRIVIVENCIA	2012	As equipes colaboradoras do Programa Segundo Tempo e suas contribuições para o desenvolvimento de uma política de esporte educacional	Fernando Augusto Starepravo Ieda Parra Barbosa Rinaldi Juliana Pizani Taiza Daniela Seron Roseli Terezinha Selicani Teixeira Amauri Aparecido Bássoli de Oliveira
5	MOTRIVIVENCIA	2012	Formação e atuação pedagógica no Programa Segundo Tempo: reflexões sobre o fazer cotidiano do professor	Allyson Carvalho de Araújo Loreta Melo Bezerra Cavalcanti Rafael Miranda Tassitano Eliene Pereira de Lacerda Maria Cecília Marinho Tenório

6	MOVIMENTO	2013	Formação profissional para atuação em projetos sociais: no foco a formação de professores no "Programa Segundo Tempo"	Marynelma Camargo Garanhani Khaled Omar Mohamad El Tassa
7	MOVIMENTO	2014	Intervenção do profissional de Educação Física, gestão intersetorial e territorialidade: o caso do Programa BH Cidadania	Carolina Gontijo Lopes Hélder Ferreira Isayama
8	MOVIMENTO	2014	Trabalhadores do lazer do Programa Esporte e Lazer da Cidade: uma aproximação à definição do perfil	Dulce Filgueira de Almeida Ingrid Dittrich Wiggers Ana Amélia Neri
9	LICERE	2014	A formação dos educadores sociais no programa esporte e lazer da cidade – PELC – em Porto Alegre	Gilmar Tondin Vicente Molina Neto Elisandro Schultz Wittizorecki
10	RBCE	2014	Políticas públicas de esporte e lazer: o processo de formação do Programa Esporte e Lazer da Cidade de Vitória – ES	Dirceu Santos Silva Carlos Nazareno Ferreira Borges André de Deus Roeldes
11	LICERE	2014	A atuação no PELC/UFSM e a formação experiencial dos educadores sociais de esporte e lazer	Felipe Barroso de Castro Maria Cecília Camargo Günther Elisandro Schultz Wittizorecki
12	MOTRIVIVENCIA	2015	Processo de formação continuada: a realidade de um programa social esportivo	Camila Rinaldi Bisconsini Ana Luiza Barbosa Anversa Amauri Aparecido Bássoli de Oliveira Vânia de Fátima Matias de Souza
13	MOVIMENTO	2015	Pedagogia do esporte e projetos sociais: interlocuções sobre a prática pedagógica	Gisele Viola Machado, Larissa Rafaela Galatti, Roberto Rodrigues Paes
14	MOVIMENTO	2016	Formação continuada em projetos e programas sociais esportivos: um estudo de caso	Amauri Aparecido Bássoli de Oliveira Camila Rinaldi Bisconsini, Fabiane Castilho Teixeira Claudio Kravchychyn Ieda Parra Barbosa-Rinaldi Alberto Reinaldo Reppold Filho

15	REVISTA DA UEM	2017	A utilização das TICS como meio facilitador no processo de formação continuada em um programa social esportivo	Vânia de Fátima Matias de Souza Ana Luiza Barbosa Anversa Camila Rinaldi Bisconsini Evando Carlos Moreira Amauri Aparecido Bássoli de Oliveira
16	LICERE	2019	Capacitação à distância do Programa Segundo Tempo e o lazer: esforços de produção e a busca comunicativa na formação de coordenadores de núcleo	Sheylazarth Ribeiro Ana Cláudia Porfírio Couto
17	REVISTA DA UEM	2020	Acompanhamento e assessoria pedagógica do Programa Segundo Tempo do Ministério do Esporte	Juliana Pizani Ieda Parra Barbosa-Rinaldi Claudio Kravchychyn Fabiane Castilho Teixeira Alberto Reinaldo Reppold Filho Amauri Aparecido Bássoli de Oliveira

As informações apresentadas no Quadro 2 permitem notar que o período analisado, que engloba vinte anos de produção, apresenta um pequeno número de artigos sobre a atuação dos profissionais da área nos programas/projetos sociais, evidenciando que, apesar do crescente número de programas/projetos, como apontado anteriormente, a discussão não acompanhou tal crescimento. Ao considerarmos o *corpus* de pesquisa, identificamos a seguinte distribuição temporal dos artigos (Gráfico 1).

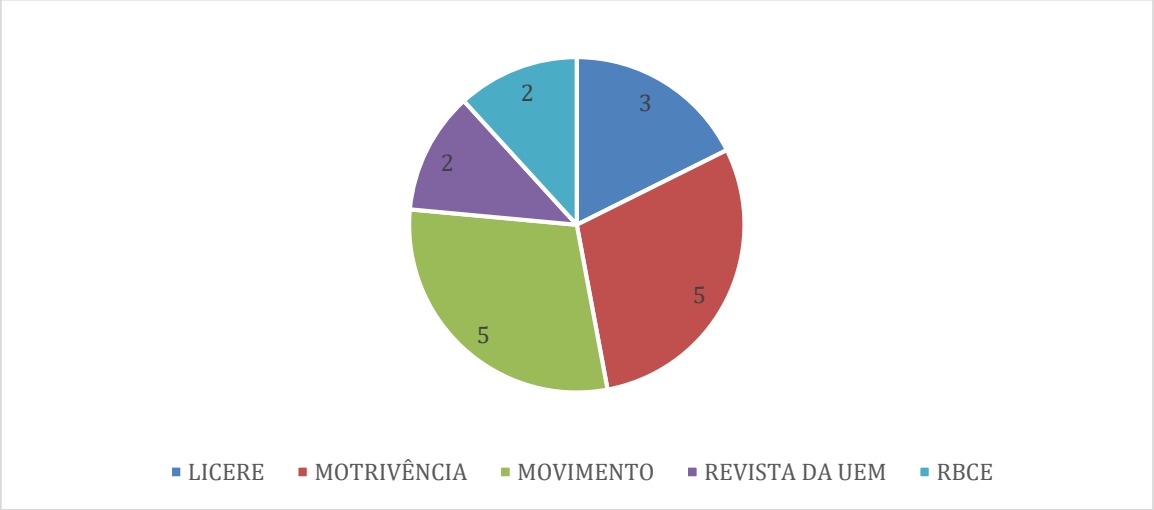
Gráfico 1 - Distribuição temporal dos artigos selecionados



Ao analisarmos as informações apresentadas no Gráfico 1, notamos que apenas um artigo (2009) sobre a temática estudada foi publicado na primeira década analisada (2000-2010). Os demais foram publicados na segunda década (2010-2020). Contudo, é importante destacar que, durante esse período, três anos (2010, 2011 e 2018) não registraram publicação sobre o tema, ficando, então, a produção concentrada nos outros anos da década.

Os anos de 2012 e 2014 se destacam com quatro e cinco artigos, respectivamente; 2015 registra duas produções e os demais anos registraram um artigo cada. Dos quatro artigos identificados em 2012, três estão na Motrivivência que publicou, nesse ano, um dossiê intitulado “Programas Sociais de Esporte e Lazer na Escola e na Comunidade”. Na análise dos artigos por revista, identificamos a seguinte distribuição (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Distribuição dos artigos por revista



O Gráfico 2 trata da distribuição dos artigos por revista e demonstra que a Motrivivência e a Movimento são as que possuem maior número de artigos, num total de cinco em cada. A Licere publicou três; a Revista da UEM e a RBCE tiveram dois artigos publicados. Ao analisarmos a autoria dos artigos, identificamos os seguintes dados (Tabela 2).

TABELA 2 - DISTRIBUIÇÃO DA AUTORIA DOS ARTIGOS

NÚMERO DE AUTORES	NÚMERO DE ARTIGOS
DOIS AUTORES	3
TRÊS AUTORES	7
QUATRO AUTORES	2
MAIS DE QUATRO AUTORES	5
TOTAL	**17**

Os dados revelam que, entre as dezessete publicações, não consta artigo escrito por um autor, prevalecendo a autoria coletiva. Verificamos que sete artigos foram assinados por três autores; cinco foram escritos por mais de quatro autores; três publicações são assinadas dois autores e duas, por quatro. Ao analisar a quantidade, observamos que os artigos foram assinados por 45 autores (TABELA 3).

TABELA 3 - AUTORES DOS ARTIGOS

NOME DO AUTOR	QUANTIDADE DE ARTIGO
AMAURI APARECIDO BÁSSOLI DE OLIVEIRA	5
CAMILA RINALDI BISCONSINI	3
IEDA PARRA BARBOSA-RINALDI	3
ALBERTO REINALDO REPPOLD FILHO	2
ANA LUIZA BARBOSA ANVERSA	2
CLAUDIO KRAVCHYCHYN	2
ELISANDRO SCHULTZ WITTIZORECKI	2
JULIANA PIZANI	2
LARISSA RAFAELA GALATTI	2
FABIANE CASTILHO TEIXEIRA	2
GISELE VIOLA MACHADO	2
ROBERTO RODRIGUES PAES	2
VÂNIA DE FÁTIMA MATIAS DE SOUZA	2
ALLYSON CARVALHO DE ARAÚJO	1
AMARÍLIO FERREIRA NETO	1

ANA AMÉLIA NERI	1
ANA CLÁUDIA PORFÍRIO COUTO	1
ANDRÉ DA SILVA MELLO	1
ANDRÉ DE DEUS ROELDES	1
CARLOS NAZARENO FERREIRA BORGES	1
CAROLINA GONTIJO LOPES	1
DIRCEU SANTOS SILVA	1
DULCE FILGUEIRA DE ALMEIDA	1
ELIENE PEREIRA DE LACERDA	1
EVANDO CARLOS MOREIRA	1
FELIPE BARROSO DE CASTRO	1
FERNANDO AUGUSTO STAREPRAVO	1
GILMAR TONDIN	1
HEITOR DE ANDRADE RODRIGUES	1
HÉLDER FERREIRA ISAYAMA	1
INGRID DITTRICH WIGGERS	1
KHALED OMAR MOHAMAD EL TASSA	1
LORETA MELO BEZERRA CAVALCANTI	1
LUIZ GUSTAVO BONATTO RUFINO	1
MARIA CECÍLIA CAMARGO GÜNTHER	1
MARIA CECÍLIA MARINHO TENÓRIO	1
MARYNELMA CAMARGO GARANHANI	1
OSMAR MOREIRA DE SOUZA JÚNIOR	1
RAFAEL MIRANDA TASSITANO	1
SEBASTIÃO JOSUÉ VOTRE	1
SHEYLAZARTH RIBEIRO	1
SILVANO DA SILVA COUTINHO	1
TAIZA DANIELA SERON ROSELI	1
TEREZINHA SELICANI TEIXEIRA	1
VICENTE MOLINA NETO	1

Os autores mais produtivos são Amauri Aparecido Bássoli de Oliveira, com cinco artigos publicados; Camila Rinaldi Bisconsini e Ieda Parra Barbosa-Rinaldi com 3 artigos cada.

Entre os 45 autores, identificamos 24 homens e 21 mulheres. Conceição e Teixeira (2020) ao pesquisarem a produção acadêmica sobre as mulheres na ciência brasileira entre 2007 e 2017 apontam que o acesso tardio à educação e ao Ensino Superior por parte das mulheres, ocasionou o consequente ingresso e reconhecimento tardio das mulheres brasileiras nas carreiras científicas e que ainda existe um longo caminho a ser traçado para a plena participação feminina nas Ciências e Tecnologias, como a instituição da paridade entre mulheres e homens em todos os níveis e espaços. Contudo, as mulheres estão cada vez mais presentes no mercado de trabalho, ocupando espaços de poder nas universidades, nas academias de ciências e nos espaços de gestão administrativa das instituições públicas e privadas.

Silva e Ribeiro (2014) corroboram a informação ao destacarem que, nas últimas décadas, testemunhamos avanços significativos no que diz respeito à inserção e à participação das mulheres no campo científico. Atualmente, é possível perceber o número expressivo de mulheres em muitas universidades e instituições de pesquisa. Contudo, chamam atenção para o fato de que mesmo que atualmente a participação das mulheres na ciência seja equitativa do ponto de vista numérico, a hierarquia acadêmica vai estar ocupada, sobretudo, por homens, independentemente da área do conhecimento.

Assim, compreendemos que os dados sobre a participação das mulheres na autoria dos artigos analisados acompanham a avaliação de crescente participação feminina na ciência, tendo em vista a pequena diferença entre a quantidade de homens e mulheres na assinatura dos textos.

Apesar de compreendermos que os artigos selecionados apresentam relação com a discussão da atuação dos profissionais da área dos projetos, para nossa análise, buscamos agrupá-los, de acordo com suas proximidades, a fim de realizar uma análise do que os autores discutem. Para isso, fizemos o levantamento dos objetivos dos trabalhos (QUADRO 3).

Quadro 3 - Objetivos dos artigos selecionados

TÍTULO DO ARTIGO	OBJETIVO	CATEGORIA
Intervenção da educação física em projetos sociais: uma experiência de cidadania e esporte em Vila Velha (ES)	Analisar um modo de intervenção da educação física em um projeto social, a partir das relações que os sujeitos desse projeto estabelecem com as atividades físicas e esportivas.	INTERVENÇÃO
O Programa Segundo Tempo e seu processo de capacitação: análise e proposições	Refletir sobre o modelo de capacitação do “Programa Segundo Tempo”, buscando-se realizar proposições visando o aprofundamento da compreensão sobre a capacitação regional, incluindo novos olhares para esse processo.	FORMAÇÃO/CAPACITAÇAO
Seleção de conteúdos e procedimentos pedagógicos para o ensino do esporte em projetos sociais: reflexões a partir dos jogos esportivos coletivos	Contribuir com a prática pedagógica dos professores de projetos sociais a partir da organização de conteúdos e da seleção de procedimentos pedagógicos para o ensino dos jogos esportivos coletivos à luz de autores da Pedagogia do Esporte	DIMENSÃO PEDAGÓGICA
As equipes colaboradoras do Programa Segundo Tempo e suas contribuições para o desenvolvimento de uma política de esporte educacional	Analisar o funcionamento das Equipes Colaboradoras (ECs), evidenciando as possibilidades e os limites do processo de acompanhamento pedagógico e administrativo	DIMENSÃO PEDAGÓGICA
Formação e atuação pedagógica no Programa Segundo Tempo: reflexões sobre o fazer cotidiano do professor	Refletir sobre a prática pedagógica dos professores atuantes do Programa Segundo Tempo - PST, tendo como parâmetro as diretrizes do programa e a formação profissional dos envolvidos no processo.	DIMENSÃO PEDAGÓGICA
Formação profissional para atuação em projetos sociais: no foco a formação de professores no "Programa Segundo Tempo"	Refletir sobre a formação profissional de professores de Educação Física e/ou Esporte para a atuação em projetos do "Programa Segundo Tempo" (PST) do Ministério do Esporte, coordenado pela Secretaria Nacional de Esporte Educacional (SNEED)	FORMAÇÃO/CAPACITAÇÃO

Intervenção do profissional de Educação Física, gestão intersetorial e territorialidade: o caso do Programa BH Cidadania	Analisar a intervenção de profissionais de Educação Física na gestão intersetorial e focalizada em territórios do programa BH Cidadania/Belo Horizonte.	INTERVENÇÃO
Trabalhadores do lazer do Programa Esporte e Lazer da Cidade: uma aproximação à definição do perfil	Caracterizar o perfil de trabalhadores do lazer do Programa Esporte e Lazer da Cidade.	PERFIL PROFISSIONAL
A formação dos educadores sociais no programa esporte e lazer da cidade – PELC – em Porto Alegre	Compreender a relação que os Educadores Sociais de Esporte e Lazer estabelecem entre as formações do Programa, e a prática pedagógica realizada junto às comunidades atendidas por estes educadores	FORMAÇÃO/CAPACITAÇÃO
Políticas públicas de esporte e lazer: o processo de formação do Programa Esporte e Lazer da Cidade de Vitória – ES	Discutir a experiência formativa do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) no município de Vitória, Espírito Santo, apontando para as potencialidades e dificuldades dessa ação política	FORMAÇÃO/CAPACITAÇÃO
A atuação no PELC/UFSM e a formação experiencial dos educadores sociais de esporte e lazer	Identificar e compreender de que modo a atuação nesse Programa vem repercutindo sobre a formação experiencial desses educadores sociais	FORMAÇÃO/CAPACITAÇÃO
Processo de formação continuada: a realidade de um programa social esportivo	Analisar a compreensão e entendimento de tutores sobre o processo de formação continuada desenvolvido em um ambiente virtual de aprendizagem na realidade de um programa social esportivo	FORMAÇÃO/CAPACITAÇÃO
Pedagogia do esporte e projetos sociais: interlocuções sobre a prática pedagógica	Identificar em uma instituição de ensino não formal no município de Taubaté, no Programa Ensino Esporte e Juventude (PEEJ), como tem sido o tratamento pedagógico com o fenômeno esporte a partir da perspectiva dos professores e dos alunos do programa.	DIMENSÃO PEDAGÓGICA
Formação continuada em projetos e programas sociais	Analisar o processo de formação continuada do Programa Segundo Tempo,	FORMAÇÃO/CAPACITAÇÃO

esportivos: um estudo de caso	do Ministério do Esporte brasileiro.	
A utilização das TICS como meio facilitador no processo de formação continuada em um programa social esportivo	Objetivou analisar como os professores e monitores de Educação Física, vinculados a este programa social esportivo avaliam a utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no processo de formação continuada e os possíveis reflexos na prática pedagógica	FORMAÇÃO/CAPACITAÇÃO
Capacitação à distância do Programa Segundo Tempo e o lazer: esforços de produção e a busca comunicativa na formação de coordenadores de núcleo	Compreender a EAD do PST por seus esforços de produção e como o lazer está presente no curso.	FORMAÇÃO/CAPACITAÇÃO
Acompanhamento e assessoria pedagógica do Programa Segundo Tempo do Ministério do Esporte	Analisar as recomendações pedagógicas emitidas pelas Equipes Colaboradoras e registradas nos instrumentos de avaliação de visita in loco, com vistas à compreensão da efetividade da estratégia de acompanhamento e assessoria pedagógica adotada pelo Programa Segundo Tempo	DIMENSÃO PEDAGÓGICA

Um primeiro aspecto que chamou a atenção foi o fato de nove artigos analisarem o Programa Segundo Tempo (PST)[3], quatro abordarem o Programa Esporte e Lazer na Cidade (PELC) [4] e os demais tratarem de outros programas/projetos sociais e esportivos. Do total de publicações, nove abordam a formação/capacitação dos profissionais que atuam nos programas/projetos; cinco tratam da dimensão

[3] O Programa Segundo Tempo atende jovens com idades entre seis a dezessete anos, prioritariamente de áreas de vulnerabilidade social e matriculadas na rede pública de ensino. A iniciativa oferece práticas esportivas orientadas por profissionais qualificados e material didático adequado. Cada beneficiado pode praticar até duas modalidades coletivas e uma individual no contraturno escolar, num total de até 6h por semana. Para a realização das atividades, são firmadas parcerias com governos estaduais e municipais por meio de editais e emendas parlamentares (BRASIL, 2019). Programa Segundo Tempo — Português (Brasil) (www.gov.br)

[4] Desenvolvido por intermédio da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (SNELIS), o Programa Esporte e Lazer da Cidade proporciona a prática de atividades físicas, culturais e de lazer que envolvem todas as faixas etárias e pessoas com deficiência. O PELC se desenvolve a partir da instalação de núcleos em regiões urbanas, rurais, povos e comunidades e povos tradicionais e indígenas. A iniciativa é custeada a partir de recursos próprios da Secretaria, além de prever espaço para parcerias interministeriais e verbas de emendas parlamentares (BRASIL, 2020). Programa Esporte e Lazer da Cidade — Português (Brasil) (www.gov.br)

pedagógica; dois analisam a intervenção dos profissionais; e um trata do perfil dos profissionais. Assim, passaremos a analisar os artigos a partir das aproximações em suas temáticas.

4.1 FORMAÇÃO/CAPACITAÇÃO

Entendemos que o conceito de formação/educação continuada é bastante amplo e concordamos com Gatti (2008, p. 57) ao afirmar que ele comporta “[...] tudo que possa oferecer ocasião de informação, reflexão, discussão e trocas que favoreçam o aprimoramento profissional, em qualquer de seus ângulos, em qualquer situação”. Nesse sentido, o autor destaca que as diversas ações como cursos, congressos, seminários, palestras e reuniões pedagógicas (presenciais, em vídeo ou teleconferências) podem ser considerados de formação ou educação continuada, desde que organizadas e estruturadas para um determinado aprimoramento profissional (GATTI, 2008). Desse modo, observamos que os artigos classificados na temática “formação/capacitação” analisam essas ações, principalmente, aquelas relacionadas aos programas/projetos sociais desenvolvidos pelo Governo Federal. Assim, dos nove artigos, seis discutem ações relacionadas ao PST e três artigos a capacitação do PELC.

O primeiro artigo incluído nessa categoria, intitulado “O Programa Segundo Tempo e seu processo de capacitação: análise e proposições”, foi publicado em 2012, na Motrivivência, e tem como autores: Heitor de Andrade Rodrigues, Luiz Gustavo Bonatto Rufino, Osmar Moreira de Souza Júnior, Silvano da Silva Coutinho. O segundo, publicado em 2013, na Movimento, traz o título “Formação profissional para atuação em projetos sociais: no foco a formação de professores no "Programa Segundo Tempo" e é de autoria de Marynelma Camargo Garanhani e Khaled Omar Mohamad El Tassa.

O terceiro artigo, intitulado “Processo de formação continuada: a realidade de um programa social esportivo”, foi publicado em 2015, na Motrivivência, tem como autores: Camila Rinaldi Bisconsini, Ana Luiza Barbosa Anversa, Amauri Aparecido Bássoli de Oliveira, Vânia de Fátima Matias de Souza. Já o quarto, “Formação continuada em projetos e programas sociais esportivos: um estudo de caso”, é do ano

de 2016 e foi publicado na Movimento por Amauri Aparecido Bássoli de Oliveira, Camila Rinaldi Bisconsini, Fabiane Castilho Teixeira, Claudio Kravchychyn Ieda Parra Barbosa-Rinaldi e Alberto Reinaldo Reppold Filho.

O artigo “A utilização das TICS como meio facilitador no processo de formação continuada em um programa social esportivo”, foi o quinto incluído na categoria. Ele foi publicado em 2017, na Revista da UEM e tem como autores: Vânia de Fátima Matias de Souza, Ana Luiza Barbosa Anversa, Camila Rinaldi Bisconsini, Evando Carlos Moreira, Amauri Aparecido Bássoli de Oliveira. O sexto artigo que compõe a categoria tem como título “Capacitação à distância do Programa Segundo Tempo e o lazer: esforços de produção e a busca comunicativa na formação de coordenadores de núcleo”, foi publicado em 2019, na Licere, e foi assinado por Sheylazarth Ribeiro e Ana Cláudia Porfírio Couto.

Destacam-se, ainda, na categoria, três artigos publicados em 2014. Da Licere, constam “A formação dos educadores sociais no programa esporte e lazer da cidade – PELC – em Porto Alegre”, de autoria de Gilmar Tondin, Vicente Molina Neto e Elisandro Schultz Wittizorecki; e “A atuação no PELC/UFSM e a formação experiencial dos educadores sociais de esporte e lazer”, de Felipe Barroso de Castro, Maria Cecília Camargo Günther e Elisandro Schultz Wittizorecki. Por fim, o artigo publicado na RBCE que tem como título “Políticas públicas de esporte e lazer: o processo de formação do Programa Esporte e Lazer da Cidade de Vitória – ES”, de Dirceu Santos Silva Carlos Nazareno Ferreira Borges e André de Deus Roeldes.

Rodrigues et al (2012) informam que o PST apresenta um modelo de capacitação presencial e integrada com videoaulas sobre os diversos assuntos contidos nas diretrizes básicas do programa. Apontam que a capacitação demonstra resultados satisfatórios no que se refere à apropriação dos. No entanto, indicam que parece existir um descompasso entre teoria e prática, tendo em vista que não observaram uma transposição desses conhecimentos para o cotidiano de trabalho. De acordo com os autores, o atual modelo de capacitação parece não estar sendo suficiente para preparar os professores para lidarem com os problemas complexos da prática, tendo em vista que está pautado na racionalidade técnica, causando, então, o descompasso entre o que se propõe nas capacitações e o que se observa no cotidiano das aulas.

Garanhan e El Tassa (2013), ao refletirem sobre a formação profissional de professores de Educação Física e/ou Esporte para a atuação em projetos do PST, partem da afirmação de que

> Evidências têm revelado que a formação profissional de professores e as políticas públicas que dispomos, nos dias hoje, não tem sido suficientes para garantir o sucesso das ações desses profissionais em projetos sociais (ZEICHNER, 2008). Estas considerações reforçam a idéia (sic) de que a formação profissional de professores de Educação Física e/ou Esporte apresenta-se como uma preocupação permanente nas discussões acadêmicas e profissionais. Cabe ressaltar que um dos grandes problemas evidenciados na intervenção profissional dos professores de Educação Física e/ou Esporte é o distanciamento entre a teoria apresentada na formação universitária e o enfrentamento da realidade do cotidiano, nos espaços de trabalho. As lacunas existentes entre a formação inicial e a intervenção profissional ressaltam a necessidade de pensar uma formação diferenciada (GARANHAN; EL TASSA , 2013, p.277).

Os autores, portanto, também discutem um distanciamento entre teoria e prática e afirmam que o professor, ao elaborar e/ou participar de um projeto social que tem como foco as atividades esportivas e de lazer, deverá adquirir, construir e ressignificar saberes que poderão configurar a docência em Educação Física. Para isso, acreditam que a implementação da proposta deve extrapolar em suas atividades a prática pela prática, buscando ressignificar conteúdos, explorando, também, aspectos relacionados aos conceitos, valores e atitudes. Para eles, no PST, o professor deverá conhecer as marcas identitárias das crianças, adolescentes e jovens que integram o projeto social de sua responsabilidade; deverá estar atento às relações que vivenciam no processo de ensinar/aprender; deverá, no planejamento de suas práticas esportivas e de lazer, priorizar temas relevantes da Educação Física e/ou Esporte associando-os à realidade vivenciada pelas crianças. Em síntese, deverá ser um construir e reconstruir conhecimentos e práticas de movimentos que darão sentidos às experiências esportivas vivenciadas pelos participantes dos projetos (GARANHAN; EL TASSA, 2013).

A capacitação do PST, no formato EAD, foi analisada em quatro artigos. Bisconsini et al (2015) perceberam que o processo de formação continuada do programa possui pontos a serem ajustados para qualificar e intensificar as discussões das questões pedagógicas. Entendem que é necessária atenção especial para a realização de um trabalho a distância que seja otimizado por meio da permanência no ambiente do curso.

Oliveira et al (2016) também analisam o processo de formação continuada do PST, considerando o material didático e a capacitação pedagógica como elementos fundamentais. Os autores evidenciam a efetividade e importância da formação continuada para os envolvidos, bem como da capacitação pedagógica e dos materiais didáticos. Contudo, apontam questões consideradas como importantes pelos profissionais: o atendimento a mais momentos de práticas pedagógicas nas capacitações presenciais; e a falta de utilização plena do material didático e consideração do suprimento das necessidades pedagógicas pelos participantes, fator que indica a necessidade de discussões aprofundadas e revisões apuradas sobre o material e sua aplicabilidade, o que nem sempre é possível em dois ou três dias.

Souza *et al* (2017) enfocam como os professores e monitores avaliam a utilização das TICs no processo de formação continuada e os possíveis reflexos na prática pedagógica. Os autores indicam que o uso das TICs promove a interação dos agentes envolvidos e leva à reflexão sobre a prática, destacando necessidades de aprimoramento e contornos mais dinâmicos e significativos ao processo, potencializando e melhorando a intervenção pedagógica. Pressupõem que os professores e monitores analisam como positivo o fato de se utilizar as TICs no processo de formação continuada. Assim, a EaD se coloca como ponto chave no processo de formação por facilitar e incentivar a participação dos agentes nas discussões que promovem o aprendizado sobre a realidade e intenções do PST, enriquecendo dessa maneira, os trabalhos dos agentes responsáveis pelas aulas nos núcleos.

Para Ribeiro e Couto (2019) o objeto de análise foi a capacitação no formato EaD do PST que busca desenvolver competências e habilidades profissionais para atuar nos núcleos de esporte. Os autores enfatizam que os usos das redes sociais junto aos ambientes virtuais de aprendizagem são um desafio, mas que é possível para o tutor da EaD articular esses usos. Para eles, existe a necessidade de pensar a EaD numa forma aberta de circulação de saberes. No que se refere ao lazer, observaram que é trabalhado em módulo próprio a partir de diferentes linguagens. Contudo, as repetições do conteúdo em diferentes não amplia sua potência comunicativa quando avaliam a relação entre os módulos de conteúdo.

Tondin, Molina Neto e Wittizoreck (2014), ao investigarem a capacitação no PELC, apontam que os educadores sociais parecem não considerar o seu conhecimento

singular, a sua experiência, como elementos legítimos do seu desenvolvimento profissional, e que o conhecimento acadêmico parece ter maior significado. Nesse sentido, o critério de validade do conhecimento é atribuído ao outro (formador) e pouco a si próprio. Em função disso, os autores destacam que os professores esperam encontrar nas formações algumas prescrições para colocarem em prática em suas aulas, evidenciando, portanto, um descompasso teoria e prática. Complementam informando que o que parece ter mais significado são as vivências nas formações, as atividades práticas que respondem a duas demandas dos educadores sociais de esporte e lazer: novas ideias e sugestões de atuação com os alunos, e, através delas, maior integração entre os colegas. A partir das questões levantadas, os autores concluem que a formação desenvolvida pelo PELC apresenta contribuições, mas também limitações. Uma contribuição a ser destacada diz respeito ao papel da formação na ressignificação da concepção de esporte desses educadores, na medida em que o esporte mais voltado ao rendimento parecia ser preponderante no entendimento e na atuação pedagógica iniciais dos educadores sociais. Por outro lado, um limite importante à formação se refere ao tempo necessário e ao tempo viável para esse processo de ressignificação. O tempo do gestor e o tempo do educador para respostas e anseios da formação são distintos; enquanto um deseja provocar a reflexão, o outro espera sugestões para auxiliá-lo na prática pedagógica (TONDIN; MOLINA NETO; WITTIZORECK, 2014).

Silva, Borges e Borges (2014), ao analisarem a formação/capacitação do PELC em Vitória, destacam que os agentes sociais concebem a formação como possibilidade real de estabelecer contatos intranúcleos e internúcleos; que compreendem a formação como um momento de apropriação de conceitos teóricos importantes para alcançar os objetivos do programa e como uma possibilidade de atualização e ressignificação da aprendizagem conseguida durante sua graduação. Os autores concluem que

> o modelo de formação dos agentes sociais do PELC objetiva possibilitar as condições necessárias para que o fazer pedagógico ganhe significado no cotidiano dos núcleos. De modo especial, esse fazer pedagógico pode ser qualificado pela formação em serviço, uma vez que os documentos nacionais do programa preveem encontros regulares ao longo do convênio. Tais encontros constituem tempo e espaço de diálogo entre os gestores e agentes sociais; no entanto, essa troca de experiências não tem ocorrido no caso do PELC Vitoria (SILVA; BORGES; ROELDES, 2014 p. 646).

Castro, Günther e Wittizorecki (2014) buscam investigar de que modo a atuação no programa repercute no processo de formação experiencial desses educadores. Destacam que a atuação do educador social de esporte e lazer no PELC caracteriza-se pela amplitude e diversidade de ações/atividades desenvolvidas. e acreditam na experiência dessa atuação como um processo de formação. Para os autores, o termo experiência ao qual se referem não compreende os conceitos e significados do senso comum, tampouco da “experiência pela experiência”, mas como um processo de autoformação em que os sujeitos se formam a partir de suas experiências. Recorrem à Josso (2002) ao utilizarem o termo “experiência formadora” como um resultado sempre inacabado e, por isso, contínuo de aprendizagens experienciais. Nesse sentido, a aprendizagem experiencial fundamenta-se em conhecimentos que surgem a partir de vivências que simbolizam atitudes, comportamentos, pensamentos, saber-fazer e sentimentos que caracterizam subjetividades e identidades. Assim, partindo do pressuposto de que o processo formativo é inevitavelmente experiencial, os autores tratam a atuação no PELC em sua totalidade como uma experiência formadora e entendem que o programa se apresenta não somente como um espaço de intervenção, mas também como espaço formativo.

4.2 DIMENSÃO PEDAGÓGICA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Foram incluídos nessa categoria, cinco artigos. Três foram publicados em 2012, na Motrivivência. O primeiro, “Formação e atuação pedagógica no Programa Segundo Tempo: reflexões sobre o fazer cotidiano do professor”, foi assinado por cinco autores: Allyson Carvalho de Araújo, Loreta Melo Bezerra Cavalcanti, Rafael Miranda Tassitano, Eliene Pereira de Lacerda e Maria Cecília Marinho Tenório. O segundo traz o título “As equipes colaboradoras do Programa Segundo Tempo e suas contribuições para o desenvolvimento de uma política de esporte educacional” é de autoria de Fernando Augusto Starepravo, Ieda Parra Barbosa Rinaldi, Juliana Pizani, Taiza Daniela Seron, Roseli Terezinha Selicani Teixeira e Amauri Aparecido Bássoli de Oliveira. Já o terceiro, intitulado “Seleção de conteúdos e procedimentos pedagógicos para o ensino do esporte em projetos sociais: reflexões a partir dos jogos esportivos coletivos” tem como autores: Gisele Viola Machado, Larissa Rafaela Galatti e Roberto Rodrigues Paes.

Na sequência, temos o artigo “Pedagogia do esporte e projetos sociais: interlocuções sobre a prática pedagógica”, publicado em 2015, na Movimento e assinado por Gisele Viola Machado, Larissa Rafaela Galatti, Roberto Rodrigues Paes. Em seguida, destaca-se o artigo “Acompanhamento e assessoria pedagógica do Programa Segundo Tempo do Ministério do Esporte”, de Juliana Pizani, Ieda Parra Barbosa-Rinaldi, Claudio Kravchychyn, Fabiane Castilho Teixeira, Alberto Reinaldo Reppold Filho, Amauri Aparecido Bássoli de Oliveira, que foi publicado em 2020, na Revista da UEM.

Três artigos analisam a prática pedagógica dos profissionais que atuam no PST e outros dois analisam a prática em outros projetos. Araújo et al (2012) fazem esse exercício tendo como parâmetro as diretrizes do programa e a formação profissional dos envolvidos no processo. Os autores inicialmente reconhecem que

> Mesmo considerando que nosso foco de pesquisa são os atores que estão diretamente vinculados ao desenvolvimento de atividades esportivas, entendemos que a prática docente é apenas uma das dimensões da Prática Pedagógica interconectada com a prática gestora, prática discente e a prática gnosiológica e/ou epistemológica. A Prática Docente faz parte da Prática Pedagógica, mas não se reduz a ela. A intencionalidade é o que diferencia a Prática Pedagógica da Prática Docente, ela não se reduz à escola, e se caracteriza também nos movimentos sociais. A prática docente se caracteriza pelo processo pelo qual o professor realiza sua ação educativa com a intenção de prover ensino-aprendizagem, porém, não se limita à regência. A prática educativa envolve organização, gestão, ensino e pesquisa, partindo de uma finalidade que é a de humanização. Diante do grau de complexidade e de intencionalidade que permeia a prática docente emergem dimensões que rodeiam e configuram este processo como a dimensão política, a dimensão do conhecimento e a dimensão pedagógica e cultura (ARAÚJO et al, 2012, p. 44).

Assim, observaram que os profissionais revelam a necessidade de uma formação voltada para a prática pedagógica, que considere as questões cotidianas dos núcleos e propicie uma aplicabilidade dos saberes tratados na capacitação. Entre outras coisas, destacam as vivências práticas oportunizadas naquele espaço de formação e a oportunidade de troca de experiências com outros profissionais. Além disso, verificaram que a prática pedagógica dos professores e outros profissionais se apresentam de forma pouco homogênea. Concluem que

> [...] é clara a compreensão dos princípios que regem o PST, mas, em contrapartida, é pouco nítida em termos metodológicos onde esta proposta se diferencia das demais. Pelas posturas evasivas nesse ponto e pelos apontamentos observados in loco em diversos núcleos, fica evidente a necessidade de investimento nessa apropriação de forma mais concreta. Os motivos que constroem o cenário que aponta para a reduzida claridade metodológica mencionada anteriormente advêm, a nosso ver, de vários campos que permeiam desde uma resistência em reproduzir propostas metodológicas que se fizeram presentes ao longo da vida esportiva de cada um, passando por proposições que se apresentaram na formação inicial dos profissionais ou ainda nas apropriações formatadas ao longo da experiência docente (ARAÚJO et al, 2012. p. 52).

Starepravo et al (2012) analisaram o funcionamento das Equipes Colaboradoras (ECs) do PST, evidenciando as possibilidades e os limites do processo de acompanhamento pedagógico e administrativo. Informam que o trabalho das ECs reflete diretamente nas ações desenvolvidas nos núcleos, especialmente na formação inicial e continuada dos coordenadores e monitores, já que ECs são as responsáveis pelo processo de capacitação do PST, desempenhando assim importante papel pedagógico. De acordo com os autores, a diversidade no que se refere às especificidades de áreas de atuação dos componentes das ECs pode repercutir num tratamento multifacetado do esporte, considerando vários de seus aspectos relevantes a um programa esportivo-social e, ao mesmo tempo, constitui um grande desafio, relevando a complexidade do PST. Para eles, os avanços pedagógicos experimentados pelo PST nos últimos anos podem ser reflexo do envolvimento desses profissionais com aspectos didáticos e pedagógicos da educação física e do esporte, uma vez que atuam na concepção das diretrizes pedagógicas do programa, bem como pela atuação direta nas capacitações de recursos humanos envolvidos no cotidiano dos núcleos.

Pizani et al (2020) investigam as recomendações pedagógicas emitidas pelas ECs, com vistas à compreensão da efetividade da estratégia de acompanhamento e assessoria pedagógica adotada pelo PST. Constatam que as recomendações das ECs se pautaram nos quesitos indicados pelas diretrizes do programa e nas orientações sobre os procedimentos a serem adotados que têm como função primordial colaborar para a melhoria do atendimento e o cumprimento dos objetivos preconizados pelo programa. Desse modo, observaram que as recomendações têm contribuído para a melhoria das ações conjecturadas nos núcleos, como aspectos pedagógicos de planejamento e desenvolvimento das atividades. Concluem afirmando que

> entendemos que a política adotada pelo programa de acompanhar o cotidiano dos núcleos de esporte educacional se coloca como ação indispensável para o amadurecimento da proposta pedagógica, pois por meio desse procedimento é possível avaliar e estabelecer conjuntamente com os profissionais atuantes, a busca constante por uma prática adequada. Dessa forma, evidencia-se a importância da constituição de uma rede ações organizadas para fomentar uma estrutura pedagógica adequada para os sociais e suas realidades, podendo impactar diretamente no fazer pedagógico. Além disso, salientamos que a organização dessa estratégia de trabalho pode ser apreciada para a composição de novas propostas envolvendo a oferta do esporte educacional em projetos e programas sociais esportivos (PIZANI et al, 2020, p. 11).

Machado, Galatti e Paes (2012) analisam a prática pedagógica dos professores de projetos sociais a partir da organização de conteúdos e da seleção de procedimentos pedagógicos para o ensino dos jogos esportivos coletivos à luz de autores da Pedagogia do Esporte[5]. Para eles, por meio de um tratamento pedagógico adequado, o esporte pode contribuir para a formação de seus praticantes de modo que os conhecimentos acumulados através de sua prática se concretizem dentro e fora da quadra. Para isto, faz-se necessário que os conteúdos estudados sejam amplos e permitam o conhecimento do esporte em sua complexidade, abordando os aspectos técnico-tático (organização e sistematização pedagógica das modalidades esportivas para a vivência e prática das mesmas), socioeducativo (promover e discutir valores) e o histórico-cultural (tratar dos conhecimentos que caracterizam o esporte como um elemento cultural e social). Destacam, dentre diversos papeis dos projetos sociais ao tratar com o esporte: (1) contribuição para o estímulo ao desenvolvimento da autonomia, criticidade e cidadania do aluno; (2) contribuição para a ampliação cultural dos alunos em relação ao fenômeno esportivo e (3) contribuição para a aprendizagem da prática esportiva. Defendem que o trato com o conteúdo deve ser realizado por meio de procedimentos pedagógicos que contribuam para o estímulo à formação dos alunos em seus aspectos motores, cognitivos, afetivos e culturais.

Em outro artigo, os mesmos autores (Machado, Galatti e Paes; 2015), conferiram, em um projeto social, o tratamento educacional dado ao esporte, verificando as

[5] A Pedagogia do Esporte (PE) é uma Área das Ciências do Esporte que trata de questões ligadas ao processo de ensino, vivência, aprendizagem e treinamento de modalidades esportivas, portanto, trata do ensino do esporte e por meio do esporte, buscando contribuir com a formação de seus praticantes em seus aspectos motores, cognitivos, afetivos-sociais e culturais (MACHADO, GALATTI, PAES, 2012)

finalidades de ensino e os conteúdos ensinados pelos professores e a percepção dos alunos quanto aos mesmos. Destacam que

> a relevância e importância das práticas esportivas vão além da revelação de atletas. Trata-se da inserção na cultura esportiva, da possibilidade de conhecer o esporte, desfrutar de sua prática e, a partir de um adequado processo de ensino, vivência, aprendizagem e treinamento, manter-se no ambiente esportivo em diferentes papéis – atleta, espectador, torcedor, dirigente, árbitro, investidor etc. – nos múltiplos cenários possíveis. [...] Para tal, os conteúdos abordados – além de terem significado aos alunos – precisam ultrapassar a esfera da prática motora, sendo parte de um processo de ensino, vivência e aprendizagem que privilegie o ensino de valores e comportamentos, questões históricas e culturais sobre o esporte e as modalidades aprendidas, a discussão sobre a ética no esporte, a influência da mídia, o respeito, entre outros conhecimentos que fazem parte do universo esportivo e contribuem para o aspecto educacional e social da prática esportiva (MACHADO, GALATTI, PAES, p. 406).

Os autores notaram que, de maneira geral, os professores apontam que as aulas esportivas nos projetos sociais contribuem principalmente para a promoção e o desenvolvimento de valores e modos de comportamento, conteúdos que estão presentes no referencial socioeducativo Ao relacionarem as finalidades das aulas e os objetivos dos projetos sociais perceberam uma relação positiva entre eles, pois ambos destacam a importância de fomentar o desenvolvimento social dos alunos, destacando o respeito, o trabalho em equipe, a socialização e o convívio em sociedade. Destacam que, embora a maioria dos professores tenha apontado para conteúdos de ensino pautados em referenciais da PE, alguns deles não deram tanta ênfase às questões de valores e modos de comportamento e outros sequer apontaram tais conteúdos como presentes em suas aulas. Finalizam expondo que o trato com o esporte nos projetos sociais é, de forma recorrente, usado como bandeira de transformação social. No entanto, o esporte somente contribuirá com o processo educacional no cenário dos projetos sociais quando for intencionalmente organizado, sistematizado e aplicado com o fim de fomentar o pleno desenvolvimento de seus participantes, e não apenas mantê-los ocupados. Assim, precisa receber tratamento didático-pedagógico a fim de fomentar a cultura esportiva e de estimular a criticidade da cultura geral da comunidade que abriga sua prática (MACHADO, GALATTI, PAES, 2015).

4.3 INTERVENÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA EM PROJETOS SOCIAIS

Essa categoria traz à discussão dois artigos. O primeiro intitula-se “Intervenção da educação física em projetos sociais: uma experiência de cidadania e esporte em Vila Velha (ES), de autoria de André da Silva Mello, Amarílio Ferreira Neto e Sebastião Josué Votre, e foi publicado na RBCE, em 2009. O segundo, de Carolina Gontijo Lopes e Hélder Ferreira Isayama, publicado em 2014, na Movimento, traz o título “Intervenção do profissional de Educação Física, gestão intersetorial e territorialidade: o caso do Programa BH Cidadania”.

Mello, Ferreira Neto e Votre (2009) analisam um modo de intervenção da educação física em um projeto social, a partir das relações que os sujeitos desse projeto estabelecem com as atividades físicas e esportivas. Enfatizam que os projetos sociais podem contribuir para a constituição de uma teoria da educação física que considere a pluralidade dos sujeitos em sua intervenção pedagógica. “[...] Sujeitos que possuem diferentes motivações para a ação. Sujeitos plurais, em que as diversas agências de socialização que os constituem desencadeiam diferentes interesses para a prática de atividades físicas e esportivas (MELLO; FERREIRA NETO; VOTRE, 2009, p. 89). Desse modo, os autores destacam que considerar a relação que os sujeitos estabelecem com os saberes associados às atividades físicas e esportivas é uma forma de conduzir essas atividades na perspectiva dos participantes, superando modelos de intervenção que agem com objetivos pedagógicos preestabelecidos, geralmente formulados pelos agentes da intervenção. Assim, propõem uma

> pedagogia da educação física que considera o homem plural e a relação que ele estabelece com as atividades físicas e esportivas para planejar sua intervenção. Nossa proposta associa-se ao desenvolvimento de um modelo reclamado de cidadania (Stoer; Magalhães; Rodrigues, 2004), em que os sujeitos assumem as ações e discursos sobre si próprios, discursos esses que se fundem a partir de questões identitárias. Dessa forma, as grandes narrativas são abandonadas, deixando caminho aberto para pequenas narrativas, para as formas de conhecimento local, que são autolegitimadas por critérios próprios de competência (MELLO; FERREIRA NETO; VOTRE, 2009, p. 89).

Lopes e Isayama (2014) analisam a intervenção de profissionais de Educação Física na gestão intersetorial e focalizada em territórios do programa BH Cidadania/Belo Horizonte. Destacam que os profissionais elaboram, planejam e avaliam as ações

junto ao setor de esporte e lazer e que o seu trabalho se depara com possibilidades e limites à intervenção profissional. No âmbito da territorialidade, são percebidas a precariedade das infraestruturas de esporte e lazer e os vínculos sociais reduzidos entre os moradores. Pela intersetorialidade, o debate ocorre na relação entre as estruturas organizativas (como a Comissão Local) e a cultura operacional (como o trabalho em conjunto, o reconhecimento de saberes e a flexibilidade).

No que se refere à territorialidade, os autores observaram que existem diferenças entre as estruturas disponíveis para os diferentes profissionais, mas a maioria possui espaço para coordenar suas ações. Nesse sentido, enquanto as questões de infraestrutura caracterizaram muito mais limites à intervenção do profissional de Educação Física, a realidade dos vínculos sociais reduzidos estabelece uma relação contrária. Os autores destacam que os sujeitos que pertencem a esses espaços estão sujeitos a processos de exclusão e apresentam insegurança para se integrar aos serviços de atendimento local. Em função disso, o aspecto motivacional das práticas de esporte e lazer que atrai o público são facilitadoras para implantação de serviços sociais durante o período de deflagração da ação governamental. Além disso, a inserção das demandas desses sujeitos se configura como prática participativa. No âmbito da intersetorialidade, pelo envolvimento de diferentes representantes dos serviços locais, há uma aproximação maior da proposta e o trabalho conjunto é realizado. No projeto de lazer desenvolvido pelo programa, que acontece em quase todos os núcleos, os autores registram o envolvimento de todos os setores das políticas sociais no seu processo de planejamento, de execução e de avaliação.

Assim, Lopes e Isayama (2014) concordam que o reconhecimento da atuação dos profissionais no projeto se deve pelo comprometimento do analista nas ações intersetoriais, além dos seguintes fatores: qualificação desses profissionais; a pouca rotatividade desses servidores públicos; a permanência em alguns casos na mesma região e núcleos; e os incentivos do governo para sua qualificação profissional. Concluem observando que “[...] o caráter motivacional das políticas de esporte e lazer é fundamental para o processo de sensibilização comunitária. O profissional educador na intervenção com práticas de esporte e lazer é essencial para o fortalecimento do tecido social nos territórios de vulnerabilidade (LOPES; ISAYAMA, 2014, p. 912).

4.4 PERFIL DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA

O artigo incluído nessa categoria intitula-se “Trabalhadores do lazer do Programa Esporte e Lazer da Cidade: uma aproximação à definição do perfil”, foi publicado em 2014, na Movimento, e tem como autores: Dulce Filgueira de Almeida, Ingrid Dittrich Wigger e Ana Amélia Neri.

Almeida, Wiggers e Neri (2014) buscaram caracterizar o perfil de trabalhadores do lazer do Programa Esporte e Lazer da Cidade, considerando aspectos socioeconômicos, tempo de permanência no programa, processo de formação continuada e conhecimento sobre os objetivos, princípios e diretrizes. Segundo os autores, conhecer o perfil dos profissionais tem implicações na qualificação de estratégias para a formação continuada, além de oferecer elementos para o melhor delineamento do programa social, no que concerne ao tipo de ação/intervenção realizada em comunidades. Observaram que os trabalhadores do lazer possuem perfil similar entre as esferas nacional e local. Algumas diferenças em relação ao nível de escolaridade foram notadas, já que na esfera nacional há um maior número de trabalhadores com nível superior completo, enquanto na esfera local a predominância aponta para ensino médio completo. Quanto ao tempo de permanência no programa e o conhecimento dos objetivos, princípios e diretrizes do mesmo, há uma associação entre o tempo de permanência, a participação dos agentes nos encontros formativos e o conhecimento das noções fundamentais do programa. Os trabalhos com maior tempo no programa apresentam maior clareza dos objetivos, princípios e diretrizes. Além disso, observaram uma transitoriedade dos trabalhadores do lazer no programa, o que pode vir a limitar a constituição de quadros de lideranças locais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final do estudo, observamos uma pluralidade de temáticas nos artigos analisados que evidenciam a abrangência da discussão sobre os projetos sociais. As conclusões mostraram ainda que o fluxo de produção sobre projetos sociais na área da Educação Física se caracterizou por um crescimento maior na segunda década dos anos 2000. Os dados revelam que o período analisado, que engloba vinte anos de produção, apresenta um pequeno número de artigos sobre a atuação dos profissionais da área nos programas/projetos sociais, evidenciando que, apesar do crescente número de programas/projetos, como apontado anteriormente, a discussão não acompanhou tal crescimento

Quanto à autoria, a produção do conhecimento aqui investigada mostrou-se em consonância com a tendência detectada nas ciências em geral, que verifica o aumento da colaboração nas autorias das publicações científicas. Os dados demonstram a prevalência da autoria coletiva que vem se apresentando como preferência dos investigadores da Educação Física, uma ação que tem sido estimulada pelas agências de fomento e universidades.

Os dados demonstraram, ainda, que dos 45 autores, 24 são homens e 21 mulheres, o que evidencia pequena diferença entre os dois grupos e pode ser indício de um crescimento da participação das mulheres na ciência.

Com relação às categorias analisadas, verificamos que, no que se refere à formação/capacitação os artigos abordam, de modo geral, o modelo de capacitação adotado pelos programas/projetos e seu impacto na atuação dos profissionais. No que se refere à dimensão pedagógica, os artigos discutem a prática pedagógica dos profissionais e os limites e possibilidades do processo de acompanhamento pedagógico por parte das ECs. Já no que se refere à intervenção, os artigos analisam a atuação dos profissionais nos projetos e o trabalho classificado na categoria perfil profissional apresenta o perfil dos trabalhadores do lazer.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Dulce Filgueira de; WIGGERS, Ingrid Dittrich; NERI, Ana Amélia. TRABALHADORES DO LAZER DO PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE: UMA APROXIMAÇÃO À DEFINIÇÃO DO PERFIL. **Movimento (Porto Alegre)**, Porto Alegre, p. 215-238, nov. 2014. ISSN 1982-8918.

ALMEIDA, N.; SILVA, D. **O planejamento do "Recreio nas férias" na cidade paulista de Americana.** Motriz, v. 18, n. 2, 2012.

ALVES, H. C.; CHAVES, A. D.; GONTIJO, D. T. "Uma andorinha só não faz verão": a integração do educador físico na rede de suporte social de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade: discussões a partir de um curso de educação continuada. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 15, n. 2, abr./jun. 2012.

ALVES, H. C.; CHAVES, A. D.; GONTIJO, D. T. **"Uma andorinha só não faz verão":** a integração do educador físico na rede de suporte social de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade: discussões a partir de um curso de educação continuada. Pensar a Prática, Goiânia, v. 15, n. 2, abr./jun. 2012

ANDRADE, R. J. et al. **Lazer e projeto Rondon:** interfaces possíveis ou discurso falacioso? Licere, v. 11, n. 1, 2008. ARAÚJO, A. C. et al. Formação e atuação pedagógica no programa segundo tempo: reflexões sobre o fazer cotidiano do professor. Motrivivência, ano 24, n. 38, jun. 2012.

ARAÚJO, E. T. Estão "assassinando" o marketing social? Uma reflexão sobre a aplicabilidade deste conceito no Brasil. 2001. **ReAD**, v. 7, n. 5, 2001.

ARAÚJO, A. C. et al. Formação e atuação pedagógica no programa segundo tempo: reflexões sobre o fazer cotidiano do professor. **Motrivivência**, ano 24, n. 38, jun. 2012.

BARBIRATO, F. R. **A socialização no contexto de projetos esportivos: um estudo de caso na Fundação Gol de Letra**. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005. Disponível em: http://cev.org.br/arquivo/biblioteca/4024139.pdf. Acesso em: 27 out. 2020.

BELO HORIZONTE, Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social. **Dicionário de termos técnicos da Assistência Social**. Belo Horizonte, Prefeitura Municipal. Belo Horizonte: Ascom, 2007.

BELO HORIZONTE, Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social. **Dicionário de termos técnicos da Assistência Social.** Belo Horizonte, Prefeitura Municipal. Belo Horizonte: Ascom, 2007.

BISCONSINI, Camila Rinaldi. et al. Processo de formação continuada: a realidade de um programa social esportivo. **Motrivivência,** Florianópolis, v. 27, n. 46, p. 119-134, nov. 2015.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição [da] República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRETAS, A. **Onde mora o perigo?** Discutindo uma suposta relação entre ociosidade, pobreza e criminalidade. Educação, Esporte e Lazer. boletim 9, jun. 2007.

BUFREM, L. S. **Colaboração científica:** revisando vertentes na literatura em Ciência da Informação no Brasil. Pesquisa Brasileira Ciência Informação, Brasília, v. 3, n. 1, p. 127-151, jan./dez. 2010.

CARNEIRO, C. B; VEIGA, L. **O conceito de inclusão, dimensões e indicadores.** Pensar BH – Política Social. Belo Horizonte, jun. 2004.

CASTRO, F. B.; GÜNTHER, M. C. C.; WITTIZORECKI, E. S. A atuação no PELC/UFSM e a formação experiencial dos educadores sociais de esporte e lazer. **Licere**, Belo Horizonte, v.17, n.2, p. 21-52, jun. 2014.

CASTRO, S. B.; SOUZA, D. L. **Significados de um projeto social esportivo:** um estudo a partir das perspectivas de profissionais, pais, crianças e adolescentes. **Movimento**, Porto Alegre, v. 17, n. 4, p. 145-163, out./dez. 2011.

CHIARINI, T.; VIEIRA, K. P. **Universidades como produtoras de conhecimento para o desenvolvimento econômico:** sistema superior de ensino e as políticas de CT&I. **Rev. Bras. Econ**., Rio de Janeiro, v. 66, n. 1, p. 177-132, mar. 2012.

COLOMBO, B. D. et al. **O programa Segundo Tempo:** uma política pública para emancipação humana. Motrivivência, n. 38, 2012.

CONCEIÇÃO, J. M. da.; TEIXIERA, M do R. F. A produção científica sobre as mulheres na ciência brasileira. **Contexto & Educação**, Ano 35 • nº 112 • Set./Dez. 2020.

CORREIA, M.M. Projetos sociais em educação física, esporte e lazer: reflexões preliminares para uma gestão social. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 29, n. 3, p. 91-105, 2008.

CORREA, M. M. **Projetos sociais em educação física, esporte e lazer:** reflexões preliminares para uma gestão social. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 29, n. 3, 2008.

DEMO, P. **Cidadania tutelada e cidadania assistida.** Campinas: Autores Associados, 1995.

DIAS, G. D.; CERVANTES, B. M. N. A organização temática da informação em periódicos científicos eletrônicos: atribuição de palavras-chave na Biblioteconomia e Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL EM PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 13, 2012, Rio de Janeiro. **Anais**... Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.

DOMINGOS, N. A. M. Perspectivas da produção científica da pós-graduação em Psicologia da PUC-Campinas. In: WITTER, G. P. **Produção científica em Psicologia e Educação**. Campinas, SP: Editoria Alínea, 1999. p. 79-102.

ELIAS, N.; DUNNING, E**. Memória e sociedade:** a busca da excitação. Lisboa: Difel, 1992.

FERREIRA NETO, A.; NASCIMENTO, A. C. S. Periódicos científicos da educação física: Proposta de avaliação. **Movimento**, v.8, n.2, p.35-50, 2002.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

Apostila.

FREITAS, M. H. Considerações acerca dos primeiros periódicos científicos brasileiros. **Ci. Inf**., Brasília, v. 35, n. 3, p. 54-66, set./dez. 2006.

FREITAS, Marcel de A. A institucionalização do futebol e a organização dos times em Belo Horizonte sob o prisma das relações de gênero, de classe e étnicas. 2004. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social)–FAFICH, UFMG, Belo Horizonte, 2004.

GARANHANI M. C.; EL TASSA, K. O. **Formação profissional para atuação em projetos sociais:** no foco a formação de professores no “Programa Segundo Tempo”. Movimento. Porto Alegre, v. 19, n. 4, out./dez. 2013.

GATTI, B. A. Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 37 jan./abr. 2008.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GONÇALVES, A.; RAMOS, L. M. S. C.; CASTRO, R. C. F. **Revistas científicas:** características, funções e critérios de qualidade. In: POBLACIÓN, D. A.;

GONÇALVES, M. A. R. **A vila olímpica da Verde-e-Rosa.** Rio de Janeiro: FGV, 2003.
GUEDES, S. L. et al. Projetos sociais esportivos: notas de pesquisa. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 12., 2006, Niterói. Anais... Niterói, 2006.

GUEDES, Moema. **Gênero e ciência:** um balanço dos avanços e estagnação na última década. Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. Brasília, ano 2, n. 4, dez. 2012. Publicação da Presidência da República Federativa do Brasil. Secretaria de Políticas para as Mulheres. 2012.

GUEDES, S. L. et al. **Projetos sociais esportivos: notas de pesquisa**. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 12., 2006, Niterói. Anais... Niterói, 2006.

HECKTHEUR, L. F. A; SILVA, M. R. S. **Projetos sociais esportivos:** vulnerabilização e governo. Movimento, v. 17, n. 3, 2011.

HIRAMA, L. K.; MONTAGNER, P. C. Algo para além de tirar da rua: o ensino do esporte em projeto socioeducativo. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 34, n. 1, 2012.

HILU, L.; GISI, M.L. **Produção científica no Brasil: um comparativo entre universidades públicas e privadas**. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE, 10., PUC-PR, Curitiba, 07-10 nov. Anais eletrônicos. Curitiba: PUC-PR, 2011, p.5667-5670. Disponível em: < http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/5221_3061.pdf >. Acesso em: 22 de out. 2020

ISAYAMA, H. F. Atuação do Profissional de Educação Física no âmbito do Lazer: a Perspectiva da Animação Cultural. **Motriz**, Rio Claro, v.15, n.2, p.407-413, abr./jun. 2009.

JANCZURA, R. **Risco ou vulnerabilidade social?** Textos e Contextos, Porto Alegre, v. 11, n. 2, ago./dez. 2012.

JOB, I.; MATTOS, A. M.; FERREIRA, A. G. C. Análise do acesso aos artigos de uma revista eletrônica através dos logs. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte,** Florianópolis, v. 35, n. 2, p. 359-371, abr./jun. 2013.

KRAVCHYCHYN, C.; OLIVEIRA, A. A. B. de. Projetos e programas sociais esportivos no Brasil: uma revisão sistemática. **Movimento**, Porto Alegre, v. 21, n. 4., p. 1051-1065, out./dez. de 2015.

LAZAROTTI FILHO, A. et al. **Modus operandi da produção científica da educação física:** uma análise das revistas e suas veiculações. Revista de Educação Física/UEM, v. 23, n.1, p.1-14, 1. trim. 2012.

LOPES, C. G.; ISAYAMA, H. F. Intervenção do profissional de Educação Física, gestão intersetorial e territorialidade: o caso do Programa BH Cidadania. Movimento, v. 20, n. 3, 2014.

MACHADO, Gisele Viola; GALATTI, Larissa Rafaela; PAES, Roberto Rodrigues. Seleção de conteúdos e procedimentos pedagógicos para o ensino do esporte em projetos sociais: reflexões a partir dos jogos esportivos coletivos. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 24, n. 39, p. 164-176, dez. 2012.

MACHADO, Gisele Viola; GALATTI, Larissa Rafaela; PAES, Roberto Rodrigues. Pedagogia do esporte e projetos sociais: interlocuções sobre a prática pedagógica. **Movimento (Porto Alegre)**, Porto Alegre, p. 405-418, fev. 2015. ISSN 1982-8918.

MATIAS, W. B. **O enigma olímpico:** o controvertido percurso da agenda e políticas esportivas no Governo Lula. Brasília, 2013. 195 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física (UnB), Brasília, 2013.

MEADOWS, J. A. **A comunicação científica.** Tradução de Antônio Agenor Briquet de Lemos. Brasilia: Briquet de Lemos/Livros, 1999.

MELO, M. P. Políticas sociais de esporte e lazer, sociedade civil e teoria de estado: a defesa da radicalidade Gramsciana. **Motrivivência**, ano 24, n. 38, jun. 2012.

MELO, V. A de. Projetos sociais" de esporte e lazer: Reflexões, inquietações, sugestões. **Revista Quaderns d'Animació i educació social**, n. 7, enero, 2008.

MELLO, A. S. **Projeto Esporte Cidadão:** avaliação e reorientação. 2007. Tese (Doutorado em Educação Física) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2007.

MELLO, A. da S.; FERREIRA NETO, A.; VOTRE, S. J. Intervenção da Educação Física em projetos sociais: uma experiência de cidadania e esporte em Vila Velha (ES). **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinhas, v. 31, n. 1, p. 75- 91, set. 2009.

MELO, Hildete P. de; CASEMIRO, Maria Carolina Pereira. **A ciência no feminino: uma análise da Academia Nacional de Medicina e da Academia Brasileira de Ciência.** Revista Rio de Janeiro, n. 11, p. 117-133, set./dez. 2003.

MELLO, A. S. et al. Educação física e esporte: reflexões e ações contemporâneas. **Movimento**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 175-193, abr./jun. 2011.

MELLO, A da S. *et al*. **Atividades físicas e esportivas nos projetos sociais:** o estado do conhecimento em revistas científicas da Educação Física. **Licere**, Belo Horizonte, v.19, n.4, dez/2016.

MENEGHINI, R. Avaliação da produção científica e o Projeto SciELO. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 219-220, 1998. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/ci/v27n2/meneghini.pdf. acesso em 29 de out. 2020.

MENDES, A. D.; AZEVÊDO, P. H. Políticas Públicas de Esporte e Lazer e Políticas Públicas Educacionais. **Revista Brasileira Ciência e Esporte,** Campinas, v. 32, n 1, p. 127-142, setembro 2010.

MIRANDA, A. C. C. de; CARVALHO, E. M. R. de; COSTA, M. I. da. O impacto dos periódicos na comunicação científica Biblos: **Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 32, n. 1, p. 01-22, jan./jun. 2018.

MONTAÑO, C. **Terceiro setor e questão social:** crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Ed. Cortez, 2010.

MONTEIRO, R. et al. Critérios de autoria em trabalhos científicos: um assunto polêmico e delicado. **Revista Brasileira Cirurgia Cardiovascular,** São José do Rio Preto, v. 19, n. 4, 2004.

MUELLER, S. P. M. O círculo vicioso que prende os periódicos nacionais **DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação** - n. zero dez/99

MUELLER, S. P. M. O periódico científico. In: CAMPELLO, B. S.; CENDÓN, B. V.; KREMER, J. M. (Orgs.) **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. - Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

NASCIMENTO, A.C.S. **A produção científica dos doutores em Educação Física no Brasil (1990-2000)**. 2005. 136 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2005.

OLIVEIRA, R. M. Lazer, atividades físicas e idosos: possibilidades de integração social? Análise do Programa Vida Ativa – SMAES/PBH. **Licere**, v. 10, n. 2, 2007.

OLIVEIRA, Amauri Aparecido Bássoli de et al. Formação continuada em projetos e programas sociais esportivos: um estudo de caso. **Movimento (Porto Alegre)**, Porto Alegre, p. 901-916, ago. 2016. ISSN 1982-8918.

PEREIRA JUNIOR, A. A publicação científica na atualidade. **J. vasc. Bras**, v. 6 n. 4, 2007.

PIOVESAN, A.; TEMPORINI, E. R. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para estudos de fatores humanos no campo da saúde pública. **Rev Saúde Pública** 1995;29:318-25. Disponivel em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S003489101995000400010&script=sci_arttext. Acesso dia 13 de nov. 2020.

PIZANI, Juliana et al. Acompanhamento e assessoria pedagógica do programa segundo tempo do ministério do esporte. **Journal of Physical Education**, v. 31, 2020.

POBLACÍON, D. A.; NORONHA, D. P. Produção das literaturas “branca” e “cinzenta” pelos docentes/doutores dos programas de pós-graduação em ciência da informação no Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 2. p. 98-106, maio/ago, 2002.

RIBEIRO, S. P., & Couto, A. C. P. (2019). Capacitação à Distância do Programa Segundo Tempo e o Lazer: Esforços de Produção e a Busca Comunicativa na Formação de Coordenadores de Núcleo. ***Licere*** *- Revista Do Programa De Pós-graduação Interdisciplinar Em Estudos Do Lazer*, *22*(1), 303–330.

RODRIGUES, Heitor Andrade et al. O Programa Segundo Tempo e seu processo de capacitação: análise e proposições. **Motrivivência**, v. 24, n. 38, p. 108-122, jun. 2012.

SADER, E. S. **O público, o estatal e o privado.** In: HEIMANN, L. S.; IBANHES, L. C. O público e o privado na saúde. São Paulo: Hucitec, 2005.

SANCHO, R. Indicadores bibliometricos utilizados en la evaluación de la ciência y la tecnologia: **revision bibliográfica.** Revista Española de Documentación Científica, Madrid, v. 13, n. 3-4, p. 842-65, 1990.

SIDONE, O. J. G., HADDAD EAMARAL, MENA-CHALCO, J. P. A ciência nas regiões brasileiras: evolução da produção e das redes de colaboração científica. **Transinformação** 2016, v. 28, n. 1, p. 15-32. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/tinf/v28n1/0103-3786-tinf-28-01-00015.pdf. Acesso em 26 de out 2020.

SILVA, E. D; TAVARES, A. L. de L.; PEREIRA, J. P. S. **O estado da arte da pesquisa sobre comunicação científica (1996-2006) realizada no Brasil no âmbito da ciência da informação.** TransInformação, Campinas, v. 22, n. 3, p. 207-223, set./dez. 2010.

SILVA, Dirceu Santos; BORGES, Carlos Nazareno Ferreira; ROELDES, André de Deus. Políticas públicas de esporte e lazer: o processo de formação do Programa Esporte e Lazer da Cidade de Vitória-ES. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 36, p. 640-647, 2014.

SILVA M. R.; PIRES G. L. **Um novo tempo, apesar dos perigos.** Motrivivência, ano 24, n. 38, jun. 2012.

SILVA, F. F. da.; RIBEIRO, P. R. C. Trajetórias de mulheres na ciência: “ser cientista” e “ser mulher”. **Ciênc. Educ**., v. 20, n. 2, p. 449-466, 2014.

SILVEIRA, J. **Considerações sobre o esporte e o lazer:** entre direitos sociais e projetos sociais. Licere, v. 16, n. 1, 2013.

SOUZA, Eustáquia S.; ALTMANN, Helena. **Meninos e meninas:** expectativas corporais e implicações na educação física. Cadernos CEDES, v. 19, n. 48, p. 36-48, ago. 1999.

SOUZA, V. de F. M., Anversa, A. L. B., Bisconsini, C. R., Moreira, E. C., & Oliveira, A. A. B. (2017). A utilização das TICS como meio facilitador no processo de formação continuada em um programa social esportivo. ***Journal of Physical Education* ,** *28*(1), e-2851.

STAREPRAVO, Fernando Augusto et al. As Equipes Colaboradoras do Programa Segundo Tempo e suas contribuições para o desenvolvimento de uma política de esporte educacional. **Motrivivência,** v. 24, n. 38, p. 129-141, jun. 2012.

STIGGER, M. P.; THOMASSIM, L. E. Entre o "serve" e o "significa": uma análise sobre expectativas atribuídas ao esporte em projetos sociais. **Licere**, Belo Horizonte, v.16, n.2, jun/2013.

STUMPF, I. R. C. Reflexões sobre as revistas brasileiras. **Intexto**, Porto Alegre: UFRGS, v. 1, n. 3, p. 1-10, janeiro/junho 1998.

STUMPF, I. R. C. **Revistas universitárias brasileiras:** barreiras na sua produção. TransInformação, v. 9, n. 1, p. 45-57, jan./abr. 1997.

TANI, G. **Editoração de periódicos em Educação Física/Ciências do Esporte:** dificuldades e desafios. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 36, n. 4, p. 715-722, out./dez. 2014.

TEIXEIRA, M. R.; ATHAYDE, P. F. A. **Política social de esporte e lazer no governo Lula:** o Programa Esporte e Lazer na Cidade. Licere, v. 17, n. 3, 2014.

THOMASSIM, L. E. C. **Os sentidos da exclusão social na bibliografia da educação física brasileira.** Movimento, v. 13, n. 1, 2007.

_____.; STIGGER, M. P. **Entre o "serve" e o "significa":** uma análise sobre expectativas atribuídas ao esporte em projetos sociais. Licere, v. 16, n. 2, 2013.

TARGINO, M. das G. Comunicação Científica: uma revisão de seus elementos básicos. **Informação & Sociedade: Estudos,** v. 10, n. 2. Recuperado de https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/326. Acesso em: 25 de out. 2020.

TEIXEIRA, E. B. A análise de dados na pesquisa científica – importância e desafios em estudos organizacionais. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí (RS), ano 1, n. 2, p. 177-201, jul./ago. 2003.

Tondin, G., Molina Neto, V., & Wittizorecki, E. S. (2014). A Formação dos Educadores Sociais no Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC – em Porto Alegre. ***Licere*** - *Revista Do Programa De Pós-graduação Interdisciplinar Em Estudos Do Lazer*, *17*(1).

VANZ, S. A.de S.; SILVA FILHO, R. da C. O protagonismo das revistas na comunicação científica: histórico e evolução. In: CARNEIRO, F. F. B.; FERREIRA NETO, A.; SANTOS, W. **A comunicação científica em periódicos**. Curitiba: Appris, 2019.

VIANNA, J. A. **Esporte e camadas populares**: inclusão e profissionalização. 2007. 238 f. Tese (Doutorado em Educação Física) - Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2007.

WEB OF SCIENCE GROUP. **Pesquisa no Brasil**: promovendo a excelência. 2019. Disponível em: https://propp.ufms.br/files/2019/09/Pesquisa-no-Brasil.pdf Acesso em:

VANZ, S. A de S.; STUMPF, I. R. C. **Colaboração científica:** revisão teóricoconceitual. Perspectivas em Ciência da Informação, v. 15, n. 2, p. 42-55, maio/ago. 2010.

VIANNA, J. A**. Esporte e camadas populares:** inclusão e profissionalização. 2007. 238 f. Tese (Doutorado em Educação Física) - Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2007.

_____.; LOVISOLO, H. R. A inclusão social através do esporte: a percepção dos educadores. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte,** São Paulo, v. 25, n. 2, p. 285-296, abr./jun. 2011.

_____. **Projetos de inclusão social através do esporte:** notas sobre avaliação. Movimento, v. 15, n. 3, 2009. VILAN FILHO, J. L. Autoria múltipla em artigos de periódicos científicos das áreas de informação no Brasil. 2010. 215 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da Informação, UnB, Brasília, 2010.

_____. et al. **Artigos de periódicos científicos das áreas de informação no Brasil:** evolução da produção e da autoria múltipla. Perspectivas em Ciência da Informação, v. 13, n. 2, p. 2-17, maio/ago. 2008.

ZALUAR, A. **Cidadãos não vão ao paraíso.** São Paulo: Ed. Escuta, 1994.